

PRELIMINARES

PROÉMIO

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS GERAIS

SOBRE A CELEBRAÇÃO LITÚRGICA DA PALAVRA DE DEUS

1. Algumas observações prévias

a) IMPORTÂNCIA DA PALAVRA DE DEUS NA CELEBRAÇÃO LITÚRGICA

1. Sobre a importância da palavra de Deus e a reforma do uso da Sagrada Escritura em cada celebração litúrgica, muitas e excelentes coisas já foram ditas, quer no Concílio Vaticano II,¹ quer no Magistério dos Sumos Pontífices,² quer em vários documentos promulgados depois do Concílio pelos Dicastérios da Santa Sé.³ Além disso, alguns princípios da maior importância foram a seu tempo apresentados e brevemente esclarecidos nos Preliminares do Ordenamento das Leituras da Missa editado no ano de 1969.⁴

¹ Cf. especialmente o Concílio Vaticano II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, nn. 6, 24, 33, 35, 48, 51, 52, 56; Const. dogm. sobre a Revelação Divina, *Dei Verbum*, nn. 1, 21, 25, 26; Decreto sobre a Actividade Missionária da Igreja, *Ad Gentes*, n. 6; Decreto sobre o ministério e a vida dos Presbíteros, *Presbyterorum Ordinis*, n. 18.

² Cf. entre o que foi proferido pelos Sumos Pontífices oralmente ou por escrito, especialmente: Paulo VI, Carta Apost. *Ministeria quaedam*, de 15 de Ag. de 1972, n. V: *AAS* 64 (1972), p. 532; *Id.*, Exort. Apost. *Marialis cultus*, de 2 de Fev. de 1974, n. 12: *AAS* 66 (1974), pp. 125-126; *Id.*, Exort. Apost. *Evangelii nuntiandi*, de 8 de Dez. de 1975, n. 28; *AAS* 68 (1976), pp. 24-25; n. 43: *Ibid.*, pp. 33-34; n. 47: *Ibid.*, pp. 36-37; João Paulo II, Const. Apost. *Scripturarum thesaurus*, de 25 de Abril de 1979; na edição da *Nova Vulgata Bibliorum Sacrorum*, Typ. Polygl. Vat. 1979, pp. V-VIII; *Id.*, Exort. Apost. *Catechesi tradendae*, de 16 de Out. de 1979, n. 23: *AAS* 71 (1979), pp. 1296-1297; n. 27: *Ibid.*, pp. 1298-1299; n. 48: *Ibid.*, p. 1316; *Id.*, Carta *Dominicae Cena*, de 24 de Fev. de 1980, n. 10: *AAS* 72 (1980), pp. 134-137.

³ Cf., por ex., S. Congr. dos Ritos, Instr. *Eucharisticum Mysterium*, de 25 de Maio de 1967, n. 10: *AAS* 59 (1967), pp. 547-548; S. Congr. do Culto Divino, Instr. *Liturgicae instaurationes*, 5 de Set. de 1970, n. 2; *AAS* 62 (1970), pp. 695-696; S. Congr. para o Clero, *Directorium catechisticum generale*, 11 de Abr. de 1971: *AAS* 64 (1972), pp. 106-107; n. 25: *Ibid.*, p. 114; S. Congr. do Culto Divino, *Instrução Geral do Missal Romano*, nn. 9, 11, 24, 33, 60, 62, 316, 320; S. Congr. para a Educação Católica, Instr. sobre a educação litúrgica nos seminários, *In ecclesiasticam*, 3 de Junho de 1979, nn. 11, 52; *Ibid.*, Apêndice, n. 15; S. Congr. dos Sacramentos e do Culto Divino, Instr. *Inaestimabile Donum*, 3 de Abril de 1980, nn. 1, 2, 3: *AAS* 72 (1980), pp. 333-334.

⁴ Cf. *Missal Romano* reformado por decreto do Concílio Ecuménico Vaticano II e promulgado por autoridade de S. o Papa Paulo VI, *Ordenamento das Leituras da Missa*, IX-XII (*Preliminares*); Decreto da Promulgação: *AAS* 61 (1969), pp. 548-549) ed. port. 1992, pp. 14-15.

Como, porém, aproveitando a oportunidade desta nova edição do referido Ordenamento das Leituras da Missa, de vários lados surgiram pedidos para que tais princípios fossem expostos de maneira mais precisa, foi cuidadosamente elaborada esta exposição mais ampla e coerente dos Preliminares, na qual, depois de se confirmar a íntima relação entre a palavra de Deus e a acção litúrgica,⁵ se tratará mais concretamente da mesma palavra de Deus na celebração da Missa e se exporá finalmente a estrutura do Ordenamento das Leituras assim definida.

b) TERMOS USADOS PARA DESIGNAR A PALAVRA DE DEUS

2. Embora se considere, com razão, que neste assunto se deve procurar uma certa circunspecção de palavras, para que o termo seja verdadeiramente claro e preciso, usamos, contudo, nestes Preliminares os mesmos vocábulos que se utilizam no Concílio e nas publicações pós-conciliares e empregaremos com frequência e indiferentemente as expressões «Sagrada Escritura» e «Palavra de Deus» para designar os livros escritos sob a inspiração do Espírito Santo, evitando sempre qualquer possível confusão de nomes ou de matéria.⁶

c) SIGNIFICADO LITÚRGICO DA PALAVRA DE DEUS

3. Os múltiplos tesouros da palavra de Deus são apresentados de modo admirável nas várias celebrações, bem como nas diversas assembleias de fiéis que participam nas celebrações, quando se comemora o mistério de Cristo no decorrer do ano litúrgico, ou quando se celebram os sacramentos e os sacramentais da Igreja, ou quando cada um dos fiéis responde à acção interior do Espírito Santo.⁷ Então, com efeito, a própria acção litúrgica, que se fundamenta e consolida sobretudo na palavra de Deus, torna-se um acontecimento novo e enriquece a mesma palavra com novo sentido e nova eficácia. Assim, na liturgia a Igreja segue fielmente o modo de ler e interpretar a Sagrada Escritura que o próprio Cristo utilizou, quando exortava a perscrutar todas as Escrituras a partir do «hoje» que definiu a sua realidade pessoal.⁸

2. A celebração litúrgica da palavra de Deus

a) CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DA PALAVRA DE DEUS NA ACÇÃO LITÚRGICA

4. A palavra de Deus não é proferida de uma única forma na celebração litúrgica,⁹ nem atinge sempre com a mesma eficácia os corações dos que a escutam; mas Cristo está sempre presente na

⁵ Cf. Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, nn. 35, 56; Paulo VI, Exort. Apost. *Evangelii nuntiandi*, 8 de Dez. de 1975, nn. 28, 47: *AAS* 68 (1976), pp. 24-25 e 36-37; João Paulo II, Carta *Dominicae Cenaes*, 24 de Fev. de 1980, nn. 10, 11, 12: *AAS* 72 (1980), pp. 134-146.

⁶ Assim, por ex., *Palavra de Deus, Sagrada Escritura, Antigo e Novo Testamento, Leitura(s) da Palavra de Deus, Leitura(s) da Sagrada Escritura, Celebração(-ões) da Palavra de Deus*, etc.

⁷ O mesmo é único texto pode, portanto, ler-se e utilizar-se sob diversos aspectos e mesmo em diversas ocasiões e celebrações do ano litúrgico da Igreja. Isto deve ser tido em conta na homilia, na exegese, na pastoral e na catequese. Como se depreende dos índices deste volume, todos podem verificar o uso, por ex., de *Rom* 6 ou *Rom* 8 nos diversos tempos do Ano Litúrgico e nas diversas celebrações dos sacramentos e sacramentais.

⁸ Cf. *Lc* 4, 16-21; 24, 25-35, 44-49.

⁹ Assim, por ex., *Proclamação ou Leitura*, etc., na celebração da Missa (Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, nn. 21, 23, 95, 131, 146, 234, 235); assim também as celebrações da palavra de Deus no Pontifical, no Ritual Romano e na Liturgia das Horas, reformados por Decreto do Concílio Ecuménico Vaticano II.

sua palavra,¹⁰ a realizar o mistério da salvação, santificando os homens e prestando ao Pai o culto perfeito.¹¹

Além disso, a economia da salvação, que a palavra de Deus sem cessar recorda e proclama, atinge o seu pleno significado na acção litúrgica, de modo que a celebração litúrgica se converte numa exposição contínua, plena e eficaz da própria palavra de Deus.

Assim, a palavra de Deus, continuamente proposta na liturgia, é sempre viva e eficaz¹² pelo poder do Espírito Santo e manifesta o amor operante e indefectível do Pai para com os homens.

b) A PALAVRA DE DEUS NA ECONOMIA DA SALVAÇÃO

5. A Igreja anuncia sempre o mesmo e único mistério de Cristo, ao proclamar na celebração litúrgica tanto o Antigo como o Novo Testamento.

Com efeito, no Antigo Testamento está latente o Novo, e no Novo Testamento torna-se patente o Antigo.¹³ Mas Cristo é o centro e a plenitude de toda a Escritura, bem como de toda a celebração litúrgica;¹⁴ por isso, das suas fontes devem beber todos os que buscam a salvação e a vida.

Quanto mais se compreende a celebração litúrgica, tanto mais intensamente se aprecia a importância da palavra de Deus, pois o que se diz de uma pode também afirmar-se da outra, já que ambas recordam o mistério de Cristo e o perpetuam, embora cada uma à sua maneira.

c) A PALAVRA DE DEUS NA PARTICIPAÇÃO LITÚRGICA DOS FIÉIS

6. A Igreja, na acção litúrgica, responde fielmente o mesmo «Amen» que Cristo, Mediador entre Deus e os homens, pronunciou de uma vez para sempre, ao derramar o seu sangue, para firmar de maneira divina a nova aliança no Espírito Santo.¹⁵

Com efeito, quando Deus comunica a sua palavra, espera sempre uma resposta, que consiste em ouvi-l'O e adorá-l'O «em Espírito e verdade» (Jo 4, 23). É o Espírito Santo que torna eficaz essa resposta, para que as palavras escutadas na acção litúrgica também se concretizem na vida, como está escrito: «Sede cumpridores da palavra, não vos limiteis a escutá-la» (Tg 1, 22).

As atitudes do corpo, os gestos e as palavras com que se exprime a acção litúrgica e se manifesta a participação dos fiéis, recebem o seu significado não só da experiência humana, donde são tomadas, mas também da palavra de Deus e da economia da salvação, a que se referem. Por isso, os fiéis participam tanto mais na acção litúrgica quanto mais se esforçam, ao escutarem a palavra de Deus nela proclamada, por aderir ao próprio Verbo de Deus encarnado em Cristo, a fim de procurarem mostrar nos costumes e na vida o que tiverem celebrado na liturgia e, vice-versa, tentarem transferir para a celebração litúrgica o que tiverem realizado na sua vida.¹⁶

¹⁰ Cf. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, nn. 7, 33: *Mc* 16, 19-20; *Mt* 28, 20; S. Agostinho, *Sermão* 85, 1 «O Evangelho é a boca de Cristo. Está sentado no Céu, mas não cessa de falar na terra» (*PL* 38, 520; cf. tb. *Trat. sobre o Ev. de S. João*, XXX, 1: *PL* 35, 1632; *CCL* 36, 289) e a passagem do *Pontifical Romano-Germânico*: «É lido o Evangelho, em que Cristo pela sua própria boca fala ao povo, para ... actualizar o Evangelho na Igreja, como se o próprio Cristo falasse ao povo». (Cf. V. Vogel-R. Elze, ed., *Le pontifical Romano--Germanique du dixième siècle. Le Texte*, I. Città del Vaticano 1963, XCIV, 18, p. 334), ou ainda: «É que, ao aproximar-Se Cristo, isto é, o Evangelho, baixamos os báculos, por não precisarmos de auxílio humano» (*o.c.*, XCIV, 23, p. 335).

¹¹ Cf. Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 7.

¹² Cf. *Hebr* 4, 12.

¹³ Cf. S. Agostinho em *Questões sobre o Heptateuco*, livro 2, 73 (*PL* 34, 623; *CCL* 33, 106); Conc. Vat. II, Const. dogm. sobre a Revelação Divina, *Dei Verbum*, n. 16.

¹⁴ Cf. S. Jerónimo: «É que, segundo o Apóstolo S. Paulo (*1 Cor* 1, 24), Cristo é força de Deus e sabedoria de Deus, e quem desconhece as Escrituras desconhece a força de Deus e a sua sabedoria. Pois ignorar as Escrituras é ignorar Cristo» (*Comentários sobre o profeta Isaías. Pról.* em: *PL* 24, 17 A; *CCL* 73, 1); Conc. Vat. II, Const. dogm. sobre a Revelação Divina, *Dei Verbum*, n. 25.

¹⁵ Cf. *2 Cor* 1, 20-22.

¹⁶ Cf. Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 10.

3. A palavra de Deus na vida do povo da «aliança»

a) A PALAVRA DE DEUS NA VIDA DA IGREJA

7. A Igreja edifica-se e vai crescendo pela audição da palavra de Deus, e as maravilhas que Deus, ao longo do tempo, realizou de muitos modos na história da salvação, tornam-se de novo presentes, de maneira misteriosa mas real, nos sinais da celebração litúrgica; por sua vez, Deus serve-Se da própria assembleia dos fiéis que celebra a Liturgia, para que a sua palavra seja difundida e celebrada e o seu nome seja glorificado entre as nações.¹⁷

Por isso, todas as vezes que a Igreja, reunida pelo Espírito Santo na celebração litúrgica,¹⁸ anuncia e proclama a palavra de Deus, reconhece-se a si mesma como o novo povo, no qual a aliança, firmada nos tempos antigos, se torna finalmente perfeita e definitiva. Todos os fiéis, constituídos pelo Baptismo e Confirmação no Espírito anunciadores da palavra de Deus, uma vez que receberam a graça de a escutar, devem anunciar esta palavra de Deus na Igreja e no mundo, ao menos pelo testemunho da sua vida.

Esta palavra de Deus que é proclamada na celebração dos divinos mistérios, não se refere apenas às realidades presentes, mas também contempla o passado e antevê o futuro, estimulando a nossa esperança para essas realidades futuras, a fim de que, no meio da instabilidade deste mundo, fixemos os nossos corações onde se encontram as verdadeiras alegrias.¹⁹

b) A EXPOSIÇÃO DA PALAVRA DE DEUS NA IGREJA

8. Como o novo povo de Deus, por vontade do próprio Cristo, se encontra diversificado numa admirável diversidade de membros, vários são também os officios e as funções que competem a cada um relativamente à palavra de Deus; e assim, os fiéis escutam e meditam a palavra, mas só a explicam aqueles a quem, pela sagrada ordenação, compete a função do magistério, ou aqueles a quem se confia o exercício deste ministério.

Deste modo, a Igreja, na sua doutrina, na sua vida e no seu culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo o que ela mesma é, tudo o que crê, de forma que, no decorrer dos séculos, tende continuamente para a plenitude da verdade divina, até que nela tenha plena realização a palavra de Deus.²⁰

c) A RELAÇÃO ENTRE A PALAVRA DE DEUS PROCLAMADA E A ACÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

9. Para que a palavra de Deus realize de facto nos corações aquilo que ressoa aos ouvidos, requiere-se a acção do Espírito Santo, por cuja inspiração e auxílio a palavra de Deus se torna o fundamento da acção litúrgica e a norma e sustento de toda a vida.

Por conseguinte, a actuação do Espírito Santo não só precede, acompanha e segue toda a acção litúrgica, mas também sugere²¹ ao coração de cada um tudo aquilo que é proferido na proclamação da palavra de Deus para toda a assembleia dos fiéis; e, consolidando a unidade entre todos, também reanima os diversos carismas e suscita múltiplas actividades.

¹⁷ 2 Tes 3, 1.

¹⁸ Cf. *Orações Colectas, Pela Santa Igreja*, em *Missal Romano* reformado por decreto do Concílio Vaticano II e promulgado por autoridade de S. S. o Papa Paulo VI, ed. port. 1992, pp. 1181, 1182, 1183; S. Cipriano, *Sobre a oração dominical* 23; PL 4, 553; CSEL 3/2, 285; CCL 3 A, 105; S. Agostinho, *Sermão* 71, 20, 33: PL 38, 463 s.

¹⁹ Cf. *Oração Colecta do Domingo XXI do Tempo Comum*, no *Missal Romano*, o. c., p. 415.

²⁰ Cf. Conc. Vat. II Const. dogm. sobre a Revelação Divina, *Dei Verbum*, n. 8.

²¹ Cf. Jo 14, 15-17. 25-26; 15, 26 - 16, 15.

d) A CONEXÃO ÍNTIMA DA PALAVRA DE DEUS COM O MISTÉRIO EUCARÍSTICO

10. A Igreja honra com a mesma veneração, embora não com o mesmo culto, a palavra de Deus e o mistério eucarístico; e sempre e em toda a parte desejou e mandou que se imite este modo de proceder, uma vez que, movida pelo exemplo do seu Fundador, nunca deixou de celebrar o seu mistério pascal, reunindo-se em comum para ler «em todas as Escrituras o que a Ele se refere» (Lc 24, 47) e para exercer a obra da salvação por meio do memorial do Senhor e dos sacramentos. Com efeito, para o ministério dos sacramentos é requerida a proclamação da palavra, por serem sacramentos da fé, que nasce e se alimenta da palavra.²²

Alimentada espiritualmente nas duas mesas,²³ a Igreja progride no seu conhecimento graças a uma e na sua santificação graças à outra. Com efeito, na palavra de Deus é proclamada a aliança divina, enquanto na Eucaristia é renovada a mesma nova e eterna aliança. Naquela, a história da salvação é evocada no som das palavras; nesta, a mesma história da salvação é apresentada nos sinais sacramentais da Liturgia.

Convém, por isso, ter sempre em conta que a palavra divina, lida e anunciada pela Igreja na Liturgia, leva, por assim dizer, ao sacrifício da aliança e ao banquete da graça, isto é, à Eucaristia, como seu fim próprio. Por conseguinte, a celebração da Missa, na qual se escuta a palavra e se oferece e recebe a Eucaristia, constitui um único acto de culto divino,²⁴ no qual se apresenta a Deus o sacrifício de louvor e se proporciona ao homem a plenitude da redenção.

²² Conc. Vat II Decr. sobre o ministério e vida dos presbíteros, *Presbyterorum Ordinis*, n. 4.

²³ Cf. Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 51; Decreto sobre o ministério e vida dos Presbíteros, *Presbyterorum Ordinis*, n. 18; e tb. a Const. sobre a Revelação Divina, *Dei Verbum*, n. 21; Decr. sobre a Actividade Missionária da Igreja, *Ad Gentes Divinitus*, n. 6; Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 8.

²⁴ Conc. Vat II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 56.

PRIMEIRA PARTE

A PALAVRA DE DEUS NA CELEBRAÇÃO DA MISSA

CAPÍTULO II

A CELEBRAÇÃO DA LITURGIA DA PALAVRA NA MISSA

1. Elementos da Liturgia da Palavra e seus ritos

11. «A parte principal da liturgia da palavra é constituída pelas leituras da Sagrada Escritura com os cânticos intercalares. São seu desenvolvimento a homilia, a profissão de fé e a oração universal ou oração dos fiéis».²⁵

a) AS LEITURAS BÍBLICAS

12. Na celebração da Missa não é permitido omitir, nem diminuir, nem, o que seria mais grave, substituir as leituras bíblicas, juntamente com os cânticos tomados da Sagrada Escritura, por outras leituras não bíblicas.²⁶ Com efeito, pela palavra de Deus transmitida nesses escritos, «Deus fala (ainda) ao seu povo»,²⁷ e, pela utilização continuada da Sagrada Escritura, o povo de Deus, dócil ao Espírito Santo sob a luz da fé, poderá dar, com a sua vida e costumes, testemunho de Cristo perante o mundo.

13. A leitura do Evangelho constitui o ponto culminante desta liturgia da palavra, para a qual as outras leituras, na ordem tradicional, isto é, passando do Antigo ao Novo Testamento, preparam a assembleia reunida.

14. A maneira como os leitores lêem, ao fazerem a proclamação em voz alta e de forma clara e inteligente, tem como finalidade primária comunicar correctamente, por meio das leituras, a palavra de Deus à assembleia. As leituras, tomadas de edições aprovadas,²⁸ podem, segundo a índole das diversas línguas, ser cantadas, de modo que o canto não as obscureça, mas antes as ponha em evidência. Quando acontecer que se leiam em latim, observe-se o modo indicado no *Ordo cantus Missae*.²⁹

²⁵ *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 33.

²⁶ Cf. S. Congr. do Culto Divino, Instr. *Liturgicae instaurationes*, 5 de Set. de 1970, n. 2: *AAS* 62 (1970), pp. 695-696; João Paulo II, Carta *Dominicae Cenaes*, 24 de Fev. de 1980, n. 10: *AAS* 72 (1980), pp. 134-137; S. Congr. dos Sacramentos e do Culto Divino, Instr. *Inaestimabile Donum*, 3 de Abr. de 1980, n. 1: *AAS* 72 (1980), p. 333.

²⁷ Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 33.

²⁸ Cf. adiante, *Preliminares*, n. 111, p. 39.

²⁹ Cf. *Missale Romanum* ex Decreto Sacrosancti Oecumenici Concilii Vaticani II instauratum, auctoritate Pauli PP. VI promulgatum, *Ordo Cantus Missae*, ed. typ. 1972, *Praenotanda*, nn. 4, 6, 10.

15. Na liturgia da palavra, antes das leituras, especialmente da primeira, podem fazer-se admoções breves e apropriadas. Deve atender-se com cuidado ao gênero literário destas admoções. Convém que sejam simples, fiéis ao texto, breves, preparadas com diligência e adaptadas de forma variada ao texto que devem introduzir.³⁰

16. As leituras, na celebração da Missa com participação do povo, devem proclamar-se sempre do ambão.³¹

17. Nos ritos da liturgia da palavra, deve ter-se em conta a veneração que a leitura evangélica merece.³² Quando se dispõe de um Evangeliário, que nos ritos iniciais é levado processionalmente pelo diácono ou pelo leitor,³³ muito convém que o livro seja tomado do altar³⁴ pelo diácono ou, na falta deste, pelo presbítero e, precedido dos ministros com os círios e o incenso ou outros sinais de veneração, se for costume, seja levado ao ambão. Os fiéis estão de pé e veneram o livro dos Evangelhos aclamando o Senhor. O diácono que há-de proclamar o Evangelho, inclinado diante de quem preside, pede e recebe a bênção. O presbítero, quando não há diácono, inclinado diante do altar, diz em silêncio a oração: *Purificai o meu coração (Munda cor meum)*.³⁵

Do ambão, aquele que proclama o Evangelho saúda o povo, que está de pé, anuncia o título da leitura, fazendo o sinal da cruz na fronte, na boca e no peito; a seguir, se se usa o incenso, incensa o livro e por fim lê o Evangelho. Terminado o Evangelho, beija o livro, dizendo em silêncio as palavras prescritas.

Convém que a saudação, o anúncio *Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo...* e no fim *Palavra da salvação* sejam cantados, para que a assembleia possa aclamar do mesmo modo, ainda que o Evangelho seja apenas lido. Deste modo, não só se põe em relevo a importância da leitura evangélica, mas se estimula a fé dos ouvintes.

18. A conclusão *Palavra do Senhor* (ou *Palavra da salvação*) no final das leituras, também pode ser cantada por um cantor distinto do leitor que proclamou a leitura, respondendo todos com a aclamação. Deste modo, a assembleia reunida honra a palavra de Deus, recebida com fé e com espírito de acção de graças.

b) O SALMO RESPONSORIAL

19. Por ser «parte integrante da liturgia da palavra»,³⁶ o salmo responsorial, também chamado gradual, tem grande importância litúrgica e pastoral. Por isso os fiéis devem ser instruídos constantemente sobre o modo de entenderem a palavra de Deus que fala nos salmos e sobre a forma de converterem estes salmos em oração na Igreja. Por certo, «isto poderá conseguir-se mais facilmente desde que se promova com a maior diligência para o clero um conhecimento mais profundo dos salmos e se tornem disso participantes todos os fiéis por meio de catequese adequada».³⁷

Podem prestar alguma ajuda umas breves admoções, com as quais se justifique a escolha do salmo e do refrão, bem como o seu relacionamento com as leituras.

³⁰ Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 11.

³¹ Cf. *Ibid.*, n. 272; e adiante, *Preliminares*, nn. 32-34, p. 20.

³² Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, nn. 35, 95.

³³ Cf. *Ibid.*, nn. 82-84.

³⁴ Cf. *Ibid.*, nn. 94, 131.

³⁵ Cf. *Ordinário da Missa*, em *Missal Romano* reformado por decreto do Concílio Ecuménico Vaticano II e promulgado por autoridade de S. S. o Papa Paulo VI, ed. port. (Gráfica de Coimbra, 1992), p. 446.

³⁶ *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 36.

³⁷ Paulo VI, Const. Apost. *Laudis canticum*, em *Liturgia das Horas* reformada por decreto do Concílio Vaticano II e promulgado por Paulo VI, ed. port. (Gráfica de Coimbra, 1983), vol. I, p. 17; cf. tb. Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, nn. 24, 90; Sagr. Congr. dos Ritos, Instr. sobre a música na sagrada Liturgia, *Musicam Sacram*, 5 de Março de 1967, n. 39: *AAS* 59 (1967), p. 311; *Liturgia das Horas, Instrução Geral*, nn. 23 e 109; Sagr. Congr. para a Educação Católica, «Ratio fundamentalis», n. 53.

20. Habitualmente, o salmo responsorial deve ser cantado. Tenha-se em conta os dois modos de cantar o salmo que se segue à primeira leitura: o modo responsorial e o modo directo. No modo responsorial, que na medida do possível se deve preferir, o salmista, ou cantor do salmo, canta os versículos do salmo e toda a assembleia participa mediante o refrão. No modo directo, o salmo é cantado sem refrão intercalado pela assembleia, ou só pelo cantor do salmo, enquanto a assembleia se limita a escutar, ou por todos ao mesmo tempo.

21. O canto do salmo, ou apenas do refrão, ajuda muito a entender o sentido espiritual do salmo e favorece a sua meditação. Em cada cultura hão-de utilizar-se todos os meios que possam favorecer o canto da assembleia, e em especial o uso das faculdades para tal previstas no Ordenamento das Leituras da Missa,³⁸ no que se refere aos refrões a utilizar nos vários tempos litúrgicos.

22. O salmo que se segue à leitura, se não for cantado, deve recitar-se da maneira mais adequada à meditação da palavra de Deus.³⁹ O salmo responsorial é cantado ou recitado do ambão pelo salmista ou cantor.⁴⁰

c) A ACLAMAÇÃO ANTES DA LEITURA DO EVANGELHO

23. Também o «Aleluia» ou, segundo o tempo litúrgico, o versículo antes do Evangelho, constitui «um rito ou acto com valor em si próprio»,⁴¹ com o qual a assembleia dos fiéis acolhe e saúda o Senhor, que lhe vai falar, e professa a sua fé pelo canto.

O «Aleluia» e o versículo antes do Evangelho devem ser cantados de pé, mas de modo que todo o povo cante unanimemente e não apenas o cantor que entoa ou o coro.⁴²

d) A HOMILIA

24. A homilia, como parte da liturgia da palavra,⁴³ na qual se expõem, no decorrer do ano litúrgico, a partir do texto sagrado, o mistério da fé e as normas da vida cristã, muitas vezes, e sobretudo a partir da Constituição litúrgica do Concílio Vaticano II, tem sido recomendada com o maior interesse e mesmo prescrita em alguns casos. Deve ser feita habitualmente por aquele que preside.⁴⁴ Na celebração da Missa, a homilia tem como finalidade fazer que a palavra de Deus proclamada, juntamente com a liturgia eucarística, seja «como que o anúncio das maravilhas de Deus na história da salvação ou no mistério de Cristo».⁴⁵ Na verdade, o mistério pascal de Cristo, proclamado nas leituras e na homilia, é realizado pelo sacrifício da Missa.⁴⁶ Cristo está sempre presente e operante na pregação da sua Igreja.⁴⁷

Por consequência, a homilia, quer explique a palavra da Sagrada Escritura acabada de ler, quer outro texto litúrgico,⁴⁸ deve levar a comunidade dos fiéis a celebrar activamente a Eucaristia, para que

³⁸ Cf. adiante, *Preliminares*, nn. 89-90, p. 32.

³⁹ Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, nn. 18. 39.

⁴⁰ Cf. *Ibid.*, nn. 272 e adiante, *Preliminares*, nn. 32 ss., p. 20

⁴¹ Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 39.

⁴² Cf. tb. *Ibid.*, nn. 37-39; *Missale Romanum* ex Decreto Sacrosancti Concilii Oecumenici Vaticani II instauratum, auctoritate Pauli PP. VI promulgatum, *Ordo Cantus Missae, Praenotanda* nn. 7-9; *Graduale Romanum*, 1974, *Praenotanda*, n. 7; *Graduale simplex*, ed. typ. alt., 1975, *Praenotanda*, n. 16.

⁴³ Conc. Vat. II Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 52; cf. S. Congr. dos Ritos, Instr. *Inter Oecumenici*, 26 de Set. de 1964, n. 54; *AAS* 56 (1964), p. 890.

⁴⁴ Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 42.

⁴⁵ Conc. Vat. II. Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 35, 2.

⁴⁶ Cf. *Ibid.*, nn. 6 e 47.

⁴⁷ Cf. Paulo VI, Enc. *Mysterium Fidei*, 3 de Set. de 1965: *AAS* 57 (1965), p. 753; Conc. Vat. II, Decr. sobre a Actividade Missionária da Igreja, *Ad Gentes Divinitus*, n. 9; Paulo VI, Exort. Apost. *Evangelii nuntiandi*, 8 de Dez. de 1975, n. 43; *AAS* 69 (1976), pp. 33-34.

⁴⁸ Cf. Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 35, 2; *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 41.

«sejam fiéis na vida ao que receberam pela fé».⁴⁹ Por meio desta explicação viva, a palavra de Deus que foi lida e as celebrações da Igreja que se realizam, podem adquirir maior eficácia, se a homilia é realmente fruto da meditação, devidamente preparada, nem demasiado longa nem demasiado breve, e se nela forem tidos em conta todos os presentes, incluindo as crianças e as pessoas menos cultas.⁵⁰

Na concelebração, a homilia é feita normalmente pelo celebrante principal ou um dos concelebrantes.⁵¹

25. Nos dias prescritos, isto é, nos domingos e festas de preceito, deve fazer-se a homilia em todas as Missas com participação do povo; e não pode omitir-se senão por causa grave, mesmo naquelas que são celebradas na tarde do dia anterior.⁵² Também nas Missas com crianças e para grupos particulares se deve fazer a homilia.⁵³

A homilia é muito recomendada nos dias feriais do Advento, da Quaresma e do Tempo Pascal, para os fiéis que participam habitualmente na celebração da Missa, bem como noutras festas e ocasiões em que é maior a afluência do povo à igreja.⁵⁴

26. O sacerdote celebrante faz a homilia da sede presidencial, de pé ou sentado, ou do ambão.⁵⁵

27. Devem separar-se da homilia os breves avisos a fazer eventualmente ao povo, os quais devem ter lugar a seguir à Oração depois da Comunhão.⁵⁶

e) O SILÊNCIO

28. A liturgia da palavra deve celebrar-se de modo que favoreça a meditação; por isso deve evitar-se toda a espécie de precipitação que impeça o recolhimento. O diálogo entre Deus e os homens, com a ajuda do Espírito Santo, exige breves momentos de silêncio, acomodados à assembleia reunida, durante os quais a palavra de Deus é acolhida interiormente e a resposta se prepara pela oração.

Tais momentos de silêncio na liturgia da palavra podem guardar-se, por exemplo, antes de começar a própria liturgia da palavra, depois da primeira e da segunda leituras e, por fim, a seguir à homilia.⁵⁷

f) A PROFISSÃO DE FÉ

29. O símbolo ou profissão de fé diz-se na celebração da Missa, conforme as rubricas, para que a assembleia reunida manifeste o seu assentimento como resposta à palavra de Deus escutada nas leituras e na homilia, e recorde, antes de começar a celebração do mistério eucarístico, a regra da sua fé, segundo a fórmula aprovada pela Igreja.⁵⁸

⁴⁹ Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 10.

⁵⁰ Cf. João Paulo II, Exort. Apost. *Catechesi tradendae*, 16 de Out. de 1979, n. 48: *AAS* 71 (1979), p. 1316.

⁵¹ Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 165.

⁵² Cf. *Ibid.*, n. 42 e tb. S. Congr. dos Ritos, Instr. *Eucharisticum mysterium*, 25 de Maio de 1967, n. 28: *AAS* 59 (1967), pp. 556-557.

⁵³ Cf. S. Congr. do Culto Divino, Instr. *Actio pastoralis*, de 15 de Maio de 1969, n. 6 g: *AAS* 61 (1969), p. 809; *Directorium de Missis cum pueris*, 1 de Nov. de 1973, n. 48: *AAS* 66 (1974), p. 44.

⁵⁴ Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, nn. 42, 338; Ritual Romano, reformado por Decreto do Conc. Ecum. Vat. II e prom. por autoridade de S. S. o Papa Paulo VI, *Celebração do Matrimónio* (1970), nn. 22, 42, 57; *Celebração das Exéquias* (1970), nn. 41, 64.

⁵⁵ Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 97.

⁵⁶ Cf. *Ibid.*, n. 139.

⁵⁷ Cf. *Ibid.*, n. 23.

⁵⁸ Cf. *Ibid.*, n. 43.

g) A ORAÇÃO UNIVERSAL OU ORAÇÃO DOS FIÉIS

30. Na oração universal, a assembleia dos fiéis, à luz da palavra de Deus, à qual de certo modo responde, ora habitualmente pelas necessidades de toda a Igreja e da comunidade local, pela salvação do mundo, pelos que sofrem qualquer dificuldade e por determinados grupos de pessoas.

Sob a orientação do celebrante, são propostas à assembleia pelo diácono, por um ministro, ou por alguns fiéis, petições breves e compostas com judiciosa liberdade, com as quais «o povo, exercendo o seu múnus sacerdotal, ora por todos os homens»,⁵⁹ de modo que, completando em si mesmo os frutos da palavra, possa entrar do modo mais adequado na liturgia eucarística.

31. O celebrante dirige da sede presidencial a oração universal, mas as intenções são proferidas do ambão.⁶⁰ A assembleia reunida, de pé, participa na oração dizendo ou cantando a invocação comum depois de cada petição, ou orando em silêncio.⁶¹

2. Elementos que contribuem para celebrar condignamente a liturgia da palavra

a) O LUGAR DA PROCLAMAÇÃO DA PALAVRA DE DEUS

32. No espaço da igreja deve haver um lugar elevado, fixo, dotado de conveniente disposição e nobreza, que corresponda à dignidade da palavra de Deus e ao mesmo tempo recorde com clareza aos fiéis que na Missa se prepara tanto a mesa da palavra de Deus como a mesa do Corpo de Cristo⁶² e, finalmente, os ajude, o melhor possível, a ouvir e a prestar atenção durante a liturgia da palavra. Por isso, deve atender-se, de acordo com a estrutura de cada igreja, às proporções e harmonia entre o ambão e o altar.

33. Convém que o ambão seja adornado com sobriedade, de acordo com a sua estrutura, de modo permanente ou ocasional, ao menos nos dias mais solenes. Como o ambão é o lugar de onde os ministros anunciam a palavra de Deus, deve reservar-se por sua própria natureza às leituras, ao salmo responsorial e ao precónio pascal. No entanto, a homilia e a oração dos fiéis podem proferir-se do ambão, dada a íntima conexão destes elementos com toda a liturgia da palavra. Não é conveniente que outros subam ao ambão, por exemplo, o comentador, o cantor ou aquele que dirige os cânticos.⁶³

34. Para servir de maneira adequada às celebrações, o ambão deve ser amplo, dado que por vezes têm de estar nele vários ministros. Além disso, devem tomar-se providências para que os leitores disponham, no ambão, de iluminação suficiente para lerem o texto e possam eventualmente utilizar os instrumentos técnicos modernos para se fazerem ouvir facilmente pelos fiéis.

b) OS LIVROS DESTINADOS À PROCLAMAÇÃO DA PALAVRA DE DEUS NAS CELEBRAÇÕES

35. Os livros que contêm os textos da palavra de Deus, bem como os ministros, os lugares e as outras coisas afins, suscitam nos ouvintes a recordação da presença de Deus que fala ao seu povo. Procure-se, portanto, que também os livros, que na acção litúrgica são sinais e símbolos das realidades celestes, sejam realmente dignos, adornados e belos.⁶⁴

⁵⁹ Cf. *Ibid.*, n. 45.

⁶⁰ Cf. *Ibid.*, n. 99.

⁶¹ Cf. *Ibid.*, n. 47.

⁶² Cf. atrás, nota 23.

⁶³ Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 272.

⁶⁴ Cf. Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 122.

36. Como a proclamação do Evangelho é sempre o ponto culminante da liturgia da palavra, a tradição litúrgica, tanto no Ocidente como no Oriente, desde sempre estabeleceu uma certa diferença entre os livros das leituras. Com efeito, o livro dos Evangelhos, elaborado com o maior cuidado, era adornado e gozava de veneração superior à dos outros livros das leituras. É, pois, muito conveniente que, também no nosso tempo, pelo menos nas catedrais e nas paróquias e igrejas maiores e mais frequentadas, haja um Evangeliário, ornado com beleza, distinto de qualquer outro livro das leituras. Com razão este livro é entregue ao diácono na sua ordenação e é imposto e sustentado sobre a cabeça do eleito na ordenação episcopal.⁶⁵

37. Finalmente, em razão da dignidade da palavra de Deus, os leccionários que se utilizam na celebração não devem ser substituídos por outras publicações subsidiárias de carácter pastoral, como as folhas destinadas aos fiéis para eles prepararem as leituras ou para a sua meditação pessoal.

CAPÍTULO III

OFÍCIOS E MINISTÉRIOS NA CELEBRAÇÃO DA LITURGIA DA PALAVRA DENTRO DA MISSA

1. As funções do presidente na liturgia da palavra

38. Aquele que preside à liturgia da palavra e partilha com os fiéis, sobretudo na homilia, o alimento interior que ela contém, embora escute também ele a palavra de Deus proclamada por outros, é sempre o primeiro a quem está confiado o múnus de anunciar a palavra transmitida. Embora procure que, por si ou por outros, a palavra de Deus seja proclamada de modo conveniente, reserva habitualmente para si a função de formular algumas admonições para tornar mais atenta a audição dos fiéis e sobretudo fazer a homilia, para neles fomentar uma compreensão mais fecunda da palavra de Deus.

39. É necessário que, melhor que ninguém, aquele que preside à celebração conheça perfeitamente a estrutura do Ordenamento das Leituras, para saber fazê-la produzir frutos no coração dos fiéis. Além disso, pela oração e pelo estudo, deve compreender muito bem a harmonia e a conexão entre os vários textos da liturgia da palavra, para que se entenda adequadamente, a partir do Ordenamento das Leituras, o mistério de Cristo e a sua obra de salvação.

40. Aquele que preside deve utilizar à sua escolha as diversas possibilidades propostas no Leccionário quanto às leituras, refrães, salmos responsoriais, aclamações antes do Evangelho,⁶⁶ mas de comum acordo⁶⁷ com todos a quem diz respeito, ouvindo também os fiéis naquilo que lhes compete.⁶⁸

⁶⁵ Cf. *Pontificale Romanum* ex Decreto Sacrosancti Oecumenici Concilii Vaticani II instauratum, auctoritate Pauli PP. VI promulgatum, *De Ordinatione Diaconi, Presbyteri et Episcopi*: (Typ. Polygl. Vat., 1968), p. 28, n. 24; p. 58, n. 21; p. 85, n. 24; p. 70, n. 25; p. 110, n. 25.

⁶⁶ Cf. adiante, *Preliminares*, nn. 78-91, pp. 29-32.

⁶⁷ Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, nn. 318-320; 324-325.

⁶⁸ Cf. *Ibid.*, n. 313.

41. O presidente exerce também a sua função própria e o ministério da palavra quando faz a homilia.⁶⁹ Com ela, de facto, leva os seus irmãos a entender e saborear a Sagrada Escritura, abre o espírito dos fiéis à acção de graças pelas maravilhas de Deus, alimenta a fé dos presentes acerca da palavra, que se torna sacramento pelo Espírito Santo, e, finalmente, prepara-os para uma comunhão frutuosa e convida-os a assumir as exigências da vida cristã.

42. Compete ao presidente introduzir de vez em quando os fiéis na liturgia da palavra mediante admoções, antes de se proclamarem as leituras.⁷⁰ Estas admoções podem sem dúvida ajudar a assembleia reunida a escutar melhor a palavra de Deus, estimulando o espírito de fé e de boa vontade. Tal função pode exercê-la por meio de outros, por exemplo, do diácono ou do comentador.⁷¹

43. O presidente, dirigindo a oração universal e, quanto possível, relacionando-a com as leituras da celebração e a homilia, por meio da admoção inicial e da conclusão, introduz os fiéis na liturgia eucarística.⁷²

2. O ofício dos fiéis na liturgia da palavra

44. O povo de Deus reúne-se, cresce, alimenta-se pela palavra de Cristo; «isto aplica-se especialmente à liturgia da palavra na celebração da Missa, na qual se unem inseparavelmente o anúncio da morte e da ressurreição do Senhor, a resposta do povo que escuta e a própria oblação com a qual Cristo confirmou no seu sangue a nova aliança, oblação na qual os fiéis comungam pela oblação de si mesmos e pela recepção do sacramento».⁷³ Na verdade, «não é só quando se lê ‘o que foi escrito para nossa instrução’ (Rom 15, 4), mas também quando a Igreja reza, canta ou actua, que a fé dos participantes se alimenta e as suas almas se elevam para Deus, a fim de Lhe prestarem um culto espiritual e receberem a sua graça com maior abundância».⁷⁴

45. Na liturgia da palavra, também hoje a assembleia dos fiéis cristãos recebe de Deus, pela audição da fé, a palavra da aliança e deve responder a essa palavra com a mesma fé, para se tornar cada vez mais, de dia para dia, o povo da nova aliança.

O povo de Deus tem o direito de receber abundantemente o tesouro espiritual da palavra de Deus, o que se leva a efeito também pelo uso do Leccionário da Missa, pelas homilias e pela acção pastoral.

Os fiéis, na celebração da Missa, escutem a palavra de Deus com uma veneração interior e exterior que contribua para progredir cada vez mais na vida espiritual e os introduza mais profundamente no mistério que se celebra.⁷⁵

46. Para poderem celebrar com alegria de coração o memorial do Senhor, compreendam os fiéis que é uma só a presença de Cristo, quer na palavra de Deus — «pois é Ele mesmo que fala quando se lêem na Igreja as Sagradas Escrituras» — quer «principalmente sob as espécies eucarísticas».⁷⁶

47. A palavra de Deus, para ser acolhida e influir eficazmente na vida dos fiéis cristãos,⁷⁷ exige a fé viva, fé que é estimulada constantemente pela audição da palavra de Deus proclamada.

⁶⁹ Cf. *Ibid.*, n. 42; Sagrada Congregação dos Sacramentos e do Culto Divino, Instr. *Inaestimabile Donum*, 3 de Abril de 1980, n. 3: *AAS* 72 (1980) p. 334.

⁷⁰ Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 11.

⁷¹ Cf. *Ibid.*, n. 68.

⁷² Cf. *Ibid.*, n. 33. 47

⁷³ Conc. Vat. II, Decr. sobre o ministerio e a vida dos Presbíteros, *Presbyterorum Ordinis*, n. 4.

⁷⁴ Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 33.

⁷⁵ Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 9.

⁷⁶ Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 7.

⁷⁷ Cf. *Ibid.*, n. 9.

Com efeito, a Sagrada Escritura é, principalmente na proclamação litúrgica, fonte de vida e de força, conforme o testemunho do Apóstolo: «o Evangelho é força de salvação para todo o crente»;⁷⁸ por isso, o amor da Sagrada Escritura é vigor e renovação para todo o povo de Deus.⁷⁹ Convém, portanto, que todos os fiéis cristãos estejam sempre dispostos a escutar com alegria a palavra de Deus.⁸⁰ Quando a palavra de Deus é anunciada pela Igreja e se reflecte na prática da vida, ilumina os fiéis pela acção do Espírito e leva-os a viver todo o mistério do Senhor.⁸¹ Com efeito, a palavra de Deus, fielmente recebida, desperta o coração e as suas disposições para a conversão e para uma vida resplandecente de fé, individual e comunitária,⁸² porque é alimento da vida cristã e fonte de toda a oração da Igreja.⁸³

48. A íntima conexão da liturgia da palavra com a liturgia eucarística na celebração da Missa deve levar os fiéis a estarem presentes na celebração desde o início,⁸⁴ bem como a participarem atentamente e, quanto possível, a prepararem a audição, principalmente pelo conhecimento mais profundo da Sagrada Escritura anteriormente adquirido; além disso, despertará neles o desejo de compreenderem o sentido litúrgico dos textos que se lêem e a vontade de lhes responder por meio do canto.⁸⁵

Assim também, pela palavra de Deus escutada e reflectida na meditação, os fiéis cristãos podem dar-lhe uma resposta activa, cheia de fé, esperança e caridade, mediante a oração e a oblação de si mesmos, não só na própria celebração, mas também em toda a sua vida cristã.

3. Os ministérios da liturgia da palavra

49. A tradição litúrgica atribui a função de ler as leituras bíblicas na celebração da Missa aos ministros: leitores e diácono. Na falta do diácono ou de outro sacerdote, o próprio sacerdote celebrante lê o Evangelho,⁸⁶ e, se também não há leitor, todas as leituras.⁸⁷

50. Na liturgia da palavra da Missa compete ao diácono proclamar o Evangelho, fazer eventualmente a homilia, conforme as circunstâncias, e propor ao povo as intenções da oração universal.⁸⁸

51. «O leitor tem na celebração da Missa uma função que lhe é própria e que ele deve exercer por si mesmo, ainda que haja ministros de grau superior».⁸⁹ O ministério do leitor, conferido pelo rito litúrgico, deve ser tido em apreço. Os leitores instituídos, se estiverem presentes, devem exercer a função própria ao menos nos domingos e dias festivos, sobretudo na celebração principal. Também lhes pode ser confiado o ofício de ajudar na organização da liturgia da palavra e, se for preciso, preparar outros fiéis que, por encargo temporário, fazem as leituras na celebração da Missa.⁹⁰

⁷⁸ Cf. *Rom* 1, 16.

⁷⁹ Cf. Conc. Vat. II, Const. dogm. sobre a Revelação Divina, *Dei Verbum*, n. 21.

⁸⁰ Cf. *Ibid.*

⁸¹ Cf. *Jo* 14, 15-26; 15, 26 - 16, 4. 5-15.

⁸² Cf. Conc. Vat. II, Decr. sobre a Actividade Missionária da Igreja, *Ad Gentes Divinitus*, nn. 6 e 15; e tb. Const. sobre a Revelação Divina, *Dei Verbum*, n. 26.

⁸³ Cf. Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 24; e tb. S. Congr. do Clero, *Directorium catechisticum generale*, 11 de Abril de 1971, n. 25: *AAS* 64 (1972), p. 114.

⁸⁴ Cf. Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 56; e tb. S. Congr. dos Sacramentos e do Culto Divino, Instr. *Inaestimabile Donum*, 3 de Abr. de 1980, n. 1: *AAS* 72 (1980), pp. 333-334.

⁸⁵ Cf. Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, nn. 24 e 35.

⁸⁶ Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 34.

⁸⁷ Cf. *Ibid.*, n. 96

⁸⁸ Cf. *Ibid.*, nn. 47, 61, 132; Sagr. Congr. dos Sacramentos e do Culto Divino, Instr. *Inaestimabile Donum*, 3 de Abr. de 1980, n. 3: *AAS* 72 (1980) p. 334.

⁸⁹ *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 66.

⁹⁰ Cf. Paulo VI, Carta Apost., *Ministeria quaedam*, 15 de Ag. de 1972, n. V: *AAS* 64 (1972), p. 532.

52. A assembleia litúrgica precisa de leitores, embora não instituídos para esta função. Procure-se, portanto, que haja alguns leigos, dos mais idóneos, que estejam preparados para exercer este ministério.⁹¹ Se se dispuser de vários leitores e houver várias leituras a fazer, convém distribuí-las entre eles.

53. Nas Missas sem diácono, a função de propor as intenções da oração universal confia-se a um cantor, principalmente quando essas intenções forem cantadas, a um leitor ou a outra pessoa.⁹²

54. O sacerdote distinto do celebrante, o diácono e o leitor instituído no ministério próprio, quando sobem ao ambão para ler a palavra de Deus na celebração da Missa com participação do povo, devem usar a veste sagrada própria da sua função. No entanto, aqueles que exercem o ministério de leitor de forma ocasional, ou mesmo habitualmente, podem subir ao ambão com o trajo comum, respeitando, porém, os costumes das várias regiões.

55. «Para que a audição das leituras divinas desperte no coração dos fiéis aquele afecto vivo e suave pela Sagrada Escritura, é necessário que os leitores encarregados deste ofício, ainda que não tenham recebido a instituição, sejam realmente idóneos e cuidadosamente preparados».⁹³

Esta preparação deve ser principalmente espiritual, mas é necessária a chamada preparação técnica. A preparação espiritual pressupõe pelo menos a dupla formação, bíblica e litúrgica: a formação bíblica, para que possam os leitores compreender as leituras, no seu contexto próprio e entender à luz da fé o núcleo da mensagem revelada; a formação litúrgica, para que os leitores possam perceber o sentido e a estrutura da liturgia da palavra e os motivos que explicam a conexão entre a liturgia da palavra e a liturgia eucarística. A preparação técnica deve tornar os leitores cada vez mais aptos na arte de ler em público, quer de viva voz, quer com a ajuda dos modernos instrumentos de amplificação sonora.

56. Ao salmista ou cantor do salmo compete cantar, em forma responsorial ou directa, o salmo ou outro cântico bíblico, o gradual e o «Aleluia», ou outro cântico que haja entre as leituras. Se parecer oportuno, pode ser ele a entoar o «Aleluia» e o versículo.⁹⁴

Para exercer a função do salmista, é muito conveniente haver em cada comunidade eclesial leigos competentes na arte de salmodiar e dotados de pronúncia correcta e dicção perfeita. O que acima se disse sobre a formação dos leitores vale também para os cantores do salmo.

57. Também o comentador, que do lugar adequado propõe à assembleia dos fiéis explicações e admonições oportunas, claras, sóbrias, cuidadosamente preparadas, normalmente escritas e previamente aprovadas pelo celebrante, exerce um verdadeiro ministério litúrgico.⁹⁵

⁹¹ Cf. Sagr. Congr. dos Sacramentos e do Culto Divino, Instr. *Inaestimabile Donum*, 3 de Abr. de 1980, nn. 2 e 18; *AAS* 72 (1980), p. 334; Cf. tb. Sagr. Congr. para o Culto Divino, *Directorium de Missis cum pueris*, 1 de Nov. de 1973, nn. 22, 24, 27; *AAS* 66 (1974) p. 43.

⁹² *Instrução Geral do Missal Romano*, nn. 47, 66, 151; cf. tb. Consilium ad exsequendam Const. de sacra Liturgia, *De oratione communi seu fidelium* (Città del Vat., 1966), n. 8.

⁹³ *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 66.

⁹⁴ Cf. *Ibid.*, nn. 37a e 67.

⁹⁵ Cf. *Ibid.*, n. 68.

SEGUNDA PARTE

A ESTRUTURA DO ORDENAMENTO DAS LEITURAS DA MISSA

CAPÍTULO IV

ORDENAMENTO GERAL DAS LEITURAS DA MISSA

1. A finalidade pastoral do Ordenamento das Leituras da Missa

58. O Ordenamento das Leituras, que se encontram no Leccionário do Missal Romano, foi elaborado, de acordo com a intenção do Concílio Vaticano II, com uma finalidade principalmente pastoral. Para atingir este objectivo, não só os princípios em que se fundamenta o novo Ordenamento, mas também os próprios conjuntos de textos que adiante se apresentam, foram repetidamente revistos e retocados, com a colaboração de grande número de pessoas de todo o mundo, competentes em matéria exegetica, litúrgica, catequética e pastoral. O Ordenamento é o fruto desse trabalho comum.

Espera-se que a frequente leitura e explicação da Sagrada Escritura ao povo cristão na celebração eucarística, a partir deste Ordenamento das Leituras, contribua eficazmente para alcançar o objectivo repetidamente proposto pelo Concílio Vaticano II.⁹⁶

59. Nesta reforma, pareceu mais conveniente preparar e compor um único Ordenamento das Leituras, rico e abundante, plenamente de acordo com a vontade e as normas do Concílio Vaticano II,⁹⁷ mas que, ao mesmo tempo, pela sua forma se adaptasse a determinadas exigências e ao uso das Igrejas particulares e das assembleias celebrantes. Por esse motivo, os que trabalharam na elaboração desta reforma preocuparam-se em salvaguardar a tradição litúrgica do Rito Romano, tendo em grande conta o valor de todas as formas de selecção, distribuição e uso das leituras bíblicas nas outras famílias litúrgicas e em certas Igrejas particulares, utilizando as que já tinham sido comprovadas pela experiência e procurando ao mesmo tempo evitar algumas deficiências existentes na tradição anterior.

⁹⁶ Cf., por ex., Paulo VI Const. Apost. *Missale Romanum*: «Todo este ordenamento visa a despertar cada vez mais nos fiéis aquela fome da palavra de Deus que leve o Povo da nova aliança a sentir-se como que impellido pelo Espírito Santo a realizar a perfeita unidade da Igreja. Nestas condições, nutrimos a mais viva esperança de que os sacerdotes e os fiéis preparem em comum mais santamente o espírito para a celebração da Ceia do Senhor, alimentando-se dia a dia mais abundantemente com a palavra do Senhor, através de uma meditação mais profunda da Sagrada Escritura. Daqui resulta, como é desejo do Concílio Vaticano II, que a Escritura divina se torne para todos fonte perene de vida espiritual, instrumento primordial de catequese cristã, compêndio substancial de formação teológica»: *Missal Romanum*, reformado por decreto do Concílio Ecuménico Vaticano II e promulgado por autoridade de S. S. o Papa Paulo VI, ed. port. 1992, p. 15.

⁹⁷ Cf. Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, nn. 35 e 51.

60. Por conseguinte, o actual Ordenamento das Leituras da Missa é uma colecção de leituras bíblicas que oferece aos fiéis cristãos o conhecimento de toda a palavra de Deus, segundo uma organização adequada. Em todo o ano litúrgico, mas particularmente no Tempo Pascal, na Quaresma e no Advento, a selecção e ordem das leituras pretendem dar aos fiéis cristãos a possibilidade de conhecer cada vez mais profundamente a fé que professam e a história da salvação.⁹⁸ Por isso, o Ordenamento das Leituras responde às necessidades e aspirações do povo cristão.

61. Embora a acção litúrgica, por si mesma, não seja uma forma determinada da catequese, ela possui no entanto um carácter didáctico, que se exprime também no Leccionário do Missal Romano,⁹⁹ de tal modo que pode com toda a razão ser considerada como um instrumento pedagógico para fomentar a catequese.

Na verdade, o Ordenamento das Leituras da Missa apresenta de modo adequado os principais factos e palavras da história da salvação contidos na Sagrada Escritura, de modo que a própria história da salvação, que a liturgia da palavra vai sucessivamente recordando nos seus diversos momentos e acontecimentos, aparece aos fiéis como uma realidade que tem continuidade actual ao tornar-se de novo presente o mistério pascal de Cristo, celebrado na Eucaristia.

62. Por outro lado, também se entende a conveniência e a utilidade pastoral de um só Ordenamento das Leituras do Leccionário da Missa no Rito Romano, para que todos os fiéis, principalmente aqueles que por diversos motivos nem sempre participam na mesma assembleia, escutem, em qualquer parte e em determinados dias e tempos, as mesmas leituras, meditando-as e aplicando-as às circunstâncias concretas, mesmo nos lugares que não têm sacerdote, onde um diácono ou outra pessoa delegada pelo Bispo dirige a celebração da palavra de Deus.¹⁰⁰

63. Os pastores de almas que querem dar uma resposta peculiar, a partir da palavra de Deus, às preocupações da sua própria comunidade, devem lembrar-se que são, antes de mais, mensageiros de todo o mistério de Cristo e de todo o Evangelho; podem usar do modo mais conveniente as alternativas propostas no próprio Ordenamento das Leituras da Missa, sobretudo ao celebrarem alguma Missa ritual, votiva, ou em honra dos Santos, ou para várias circunstâncias. Tendo em conta as normas gerais, concedem-se faculdades particulares relativamente às leituras da palavra de Deus nas celebrações da Missa para grupos particulares.¹⁰¹

2. Os princípios observados na elaboração do Ordenamento das Leituras da Missa

64. Para alcançar a finalidade do Ordenamento das Leituras da Missa, a selecção e distribuição das suas partes foi feita tendo em conta, por um lado, a sucessão dos tempos litúrgicos e, por outro lado, os princípios hermenêuticos que os estudos exegéticos do nosso tempo permitiram descobrir e definir.

Por isso, pareceu conveniente expor aqui os princípios observados na elaboração do Ordenamento das Leituras da Missa.

⁹⁸ Cf. Paulo VI, Const. Apost. *Missale Romanum*: «É posta mais em relevo a continuidade do mistério salvífico, apresentada nos próprios textos da revelação divina»: *Missal Romano*, o. c., p. 14.

⁹⁹ Cf. Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, nn. 9, 33; Sagrada Congregação dos Ritos, Instr. *Inter Oecumenici*, 26 de Set. de 1964, n. 7: *AAS* 56 (1964), p. 878; João Paulo II, Exort. Apost. *Catechesi tradendae*, 16 de Out. de 1979, n. 23: *AAS* 71 (1979), pp. 1296-1297.

¹⁰⁰ Cf. Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 35, 4; Sagrada Congregação dos Ritos, Instr. *Inter Oecumenici*, 26 de Set. de 1964, nn. 37-38: *AAS* 56 (1964), pp. 884.

¹⁰¹ Cf. S. Congr. do Culto Divino, Instr. *Actio Pastoralis*, 15 de Maio de 1969, n. 6: *AAS* 61(1969) p. 809; *Directorium de Missis cum pueris*, 1 de Nov. de 1973, nn. 41, 47: *AAS* 66 (1974), p. 43; Paulo VI, Exort. Apost. *Marialis Cultus*, 2 de Fev. de 1974, n. 12: *AAS* 66 (1974) pp. 125-126.

a) A SELECÇÃO DOS TEXTOS

65. A sequência das leituras do «Próprio do Tempo» dispõe-se do seguinte modo: nos domingos e dias festivos propõem-se os textos mais importantes, de modo que, num espaço de tempo conveniente, possam ser lidas à assembleia dos fiéis as passagens principais da palavra de Deus. Outra série de textos da Sagrada Escritura, com os quais de certo modo se completa o anúncio da salvação exposto nos dias festivos, é proposta para os dias feriais. Contudo, nenhuma das duas séries destas partes principais do Ordenamento das Leituras, isto é, a série dominical e festiva e a série ferial, depende da outra. De facto, o Ordenamento das Leituras dominical e festivo distribui-se por três anos, ao passo que o ferial se distribui por dois. Daí que o Ordenamento das Leituras dominical e festivo se desenvolve independentemente do ferial e vice-versa.

Entretanto, a sequência das leituras proposta para as outras partes do Ordenamento das Leituras, como são as séries de leituras para as celebrações dos Santos, para as Missas rituais ou para várias circunstâncias ou votivas ou de defuntos, rege-se por normas próprias.

b) O ORDENAMENTO DAS LEITURAS PARA OS DOMINGOS E DIAS FESTIVOS

66. As características do Ordenamento das Leituras para os domingos e dias festivos são as seguintes:

1. Cada Missa apresenta três leituras: a primeira, do Antigo Testamento; a segunda, do Apóstolo (isto é, das Epístolas ou do Apocalipse, segundo os diversos tempos do ano); a terceira, do Evangelho. Com esta distribuição, põe-se em evidência a unidade dos dois Testamentos e da história da salvação, cujo centro é Cristo celebrado no seu mistério pascal.

2. O facto de se propor para os domingos e dias festivos um ciclo de três anos dá origem, nesses dias, a uma leitura mais variada e abundante da Sagrada Escritura, de modo que os mesmos textos se lêem apenas três anos depois.¹⁰²

3. Os princípios que regem o Ordenamento das Leituras para os domingos e dias festivos são os designados por «composição harmónica» ou «leitura semi-contínua». Utiliza-se um ou outro princípio, conforme os diversos tempos do ano e as características peculiares de cada tempo litúrgico.

67. A melhor composição harmónica entre as leituras do Antigo e do Novo Testamento tem lugar quando é sugerida pela Escritura, isto é, naqueles casos em que a doutrina e os factos expostos nos textos do Novo Testamento têm uma relação mais ou menos explícita com a doutrina e os factos do Antigo Testamento. No presente Ordenamento das Leituras, os textos do Antigo Testamento são escolhidos principalmente pela sua congruência com os textos do Novo Testamento que se lêem na mesma Missa, em especial com o Evangelho.

No Tempo do Advento, na Quaresma e no Tempo Pascal, isto é, nos tempos que têm importância e características peculiares, a composição entre os textos das leituras de cada Missa fundamenta-se noutros princípios.

Pelo contrário, nos domingos do Tempo Comum, que não têm característica peculiar, os textos da leitura apostólica e do Evangelho dispõem-se segundo a ordem da leitura semi-contínua, ao passo que a leitura do Antigo Testamento se compõe harmonicamente com o Evangelho.

¹⁰² Cada ano é indicado com as letras A, B, C. Para se determinar qual é o Ano A, B ou C, procede-se da maneira seguinte: Pela letra C, designa-se o ano cujo número for divisível por três, como se o ciclo começasse no primeiro ano da contagem cristã. Deste modo, o Ano 1 teria sido o Ano A, o Ano 2 o Ano B, o Ano 3 o Ano C, e os Anos 6, 9, 12 ... novamente o Ano C. Assim, por ex. o ano de 1983 é o Ano C, o ano seguinte, isto é, 1984, é Ano A, o ano de 1985 é Ano B, e o ano de 1986 é de novo Ano C. E assim por diante. É evidente que cada ciclo se desenvolve conforme a estrutura do ano litúrgico, isto é, a partir da primeira semana do Advento, que ocorre no ano civil anterior.

Os anos de cada ciclo caracterizam-se de certo modo pela indicação principal do Evangelho sinóptico utilizado, no Tempo Comum, para a leitura semi-contínua. Assim, o primeiro ano do ciclo diz-se e é o ano da leitura de *São Mateus*, e os restantes, isto é, o segundo e o terceiro, respectivamente o ano da leitura de *São Marcos* e o ano da leitura de *São Lucas*.

68. O que era conveniente para aqueles tempos acima referidos não pareceu oportuno aplicá-lo aos domingos, de modo que neles houvesse uma certa unidade temática que facilitasse a instrução homilética. Efectivamente, a uma semelhante composição opõe-se o conceito genuíno de acção litúrgica, que é sempre celebração do mistério de Cristo e que, pela própria tradição, utiliza a palavra de Deus, não movida por preocupações de ordem racional ou exteriores, mas pela solicitude de anunciar o Evangelho e de conduzir os crentes para a verdade plena.

c) O ORDENAMENTO DAS LEITURAS PARA OS DIAS FERIAIS

69. O Ordenamento das Leituras para os dias feriais fez-se do seguinte modo:

1. Cada Missa apresenta duas leituras: a primeira, do Antigo Testamento ou do Apóstolo (isto é, das Epístolas ou do Apocalipse), mas no Tempo Pascal, dos Actos dos Apóstolos; a segunda, do Evangelho.

2. O ciclo anual para o Tempo da Quaresma ordena-se segundo princípios especiais, que têm em conta as características desse tempo, a saber, a sua índole baptismal e penitencial.

3. Nos dias feriais do Advento, do Tempo do Natal e do Tempo Pascal, o ciclo é igualmente anual e, por isso, as leituras são as mesmas todos os anos.

4. Nos dias feriais das trinta e quatro semanas do Tempo Comum, as leituras evangélicas dispõem-se num só ciclo, que se repete todos os anos. Mas a primeira leitura distribui-se em dois ciclos, a ler em anos alternados. O ano primeiro utiliza-se nos anos ímpares; o ano segundo nos anos pares.

Deste modo, no Ordenamento das Leituras para os dias feriais, tal como para os domingos e dias festivos, seguem-se os princípios da composição harmónica e da leitura semi-contínua por motivos semelhantes, sobretudo quando se trata de tempos que apresentam características especiais.

d) AS LEITURAS PARA AS CELEBRAÇÕES DOS SANTOS

70. Para as celebrações dos Santos propõem-se duas séries de leituras:

1. Uma no Próprio, para as solenidades, festas e memórias, principalmente se para cada uma delas existem textos próprios. Aliás, indica-se como preferível algum texto mais adequado, de entre os que se encontram nos Comuns.

2. Outra, aliás mais ampla, encontra-se nos Comuns dos Santos. Nesta parte propõem-se primeiro os textos mais próprios para as diversas categorias de Santos (Mártires, Pastores, Virgens, etc.) e, em seguida, diversos textos que tratam da santidade em geral e que podem utilizar-se facultativamente, sempre que se remeta para os Comuns a escolha das leituras.

71. No que se refere ao ordenamento dos textos nesta parte, ajudará saber que eles se encontram todos juntos, segundo a ordem em que devem ler-se. Assim, aparecem primeiro os textos do Antigo Testamento, depois os textos do Apóstolo, a seguir os salmos e os versículos entre as leituras e, finalmente, os textos do Evangelho. Estão colocados desta maneira para que o celebrante os escolha à sua vontade, tendo em conta as necessidades pastorais da assembleia que participa na celebração, a não ser que expressamente se indique outra coisa.

e) AS LEITURAS PARA AS MISSAS RITUAIS, PARA VÁRIAS CIRCUNSTÂNCIAS, VOTIVAS E DE DEFUNTOS

72. Na mesma disposição se encontram os textos das leituras para as Missas rituais, para várias circunstâncias, votivas e de defuntos. Propõem-se vários textos, dispostos conjuntamente, como nos Comuns dos Santos.

f) OS PRINCIPAIS CRITÉRIOS UTILIZADOS NA SELECÇÃO E ORDENAMENTO DAS LEITURAS

73. Além destes princípios que regem a distribuição das leituras em cada parte do Ordenamento das Leituras, há outros de carácter mais geral, que podem enunciar-se do modo seguinte:

1) *O uso de alguns livros segundo os tempos litúrgicos*

74. Pela sua importância intrínseca e por tradição litúrgica, no presente Ordenamento alguns livros da Sagrada Escritura reservam-se para determinados tempos litúrgicos. Conserva-se, por exemplo, a tradição tanto ocidental (ambrosiana e hispânica) como oriental, de ler os Actos dos Apóstolos no Tempo Pascal. Assim se torna bem patente que toda a vida da Igreja teve a sua origem no mistério pascal. Conserva-se igualmente a tradição, tanto ocidental como oriental, de ler o Evangelho de São João nas últimas semanas da Quaresma e no Tempo Pascal.

A leitura de Isaías, sobretudo a primeira parte, é atribuída por tradição ao Tempo do Advento. Não obstante, alguns textos deste livro lêem-se no Tempo do Natal. Ao Tempo do Natal se atribui também a Primeira Epístola de São João.

2) *A extensão dos textos*

75. No que se refere à extensão dos textos, segue-se um critério intermédio. Faz-se distinção entre as narrações, que precisam de uma certa extensão textual e normalmente são escutadas pelos fiéis com atenção, e textos que, pela sua profundidade doutrinal, não convém alongar muito.

Para alguns textos demasiado longos, prevê-se uma dupla forma, a longa e a breve, conforme as circunstâncias. Estas abreviações foram feitas com grande cuidado.

3) *Textos mais difíceis*

76. Por motivos pastorais, evitam-se nas leituras dos domingos e solenidades os textos bíblicos realmente mais difíceis, quer objectivamente, porque levantam grandes problemas de ordem literária, crítica ou exegética, quer eventualmente, pelo menos em certa medida, porque são mais difíceis de entender pelos fiéis. Contudo, não era lícito esconder aos fiéis as riquezas espirituais de alguns textos por lhes serem mais difíceis de entender, quando esta dificuldade resulta duma insuficiente formação cristã, da qual nenhum fiel deve carecer, ou de uma insuficiente formação bíblica que todo o pastor de almas deve possuir. Algumas vezes, uma leitura difícil torna-se mais fácil pela sua harmonia com outra leitura da mesma Missa.

4) *Omissões de alguns versículos*

77. A tradição de muitas liturgias, sem excluir a própria liturgia romana, seguiu o costume de omitir por vezes alguns versículos nas leituras da Escritura. Deve dizer-se certamente que estas omissões não se podem fazer de ânimo leve, para evitar que fiquem mutilados o sentido do texto ou o seu espírito e, de certo modo, o estilo da Escritura. Todavia, tendo o cuidado de conservar integralmente o sentido essencial do texto, pareceu conveniente, por motivos pastorais, seguir também no presente Ordenamento a referida tradição. De outro modo, alguns textos teriam de alongar-se demasiado, ou então algumas leituras de não pequena e até, por vezes, de grande utilidade espiritual para os fiéis, teriam de ser integralmente omitidas pelo facto de conterem um ou outro versículo que, sob o aspecto pastoral, são de menor utilidade ou incluem questões realmente demasiado difíceis.

3. Os princípios a observar no uso do Ordenamento das Leituras

a) FACULDADE DE ESCOLHER ALGUNS TEXTOS

78. No Ordenamento das Leituras concede-se por vezes ao celebrante a faculdade de escolher a leitura de um ou outro texto, ou de escolher um texto entre vários que simultaneamente se propõem para a mesma leitura. Isto raras vezes sucede nos domingos, solenidades e festas, para que não se desvança a índole própria de determinado tempo litúrgico, ou não se interrompa indevidamente a leitura semi-contínua de determinado livro; pelo contrário, concede-se mais facilmente esta faculdade nas celebrações dos Santos e nas Missas rituais, para várias circunstâncias, votivas e de defuntos.

Estas facultades, juntamente com outras indicadas na Instrução Geral do Missal Romano e no *Ordo cantus Missae*¹⁰³, têm uma finalidade pastoral. Por isso, o sacerdote, ao organizar a liturgia da palavra, «deve atender mais ao bem espiritual da comunidade do que aos seus gostos pessoais. Lembre-se, além disso, que convém fazer a escolha das partes da Missa de comum acordo com os ministros e as outras pessoas chamadas a desempenhar algum ministério na celebração, sem excluir os próprios fiéis, naquilo que mais directamente lhes diz respeito».¹⁰⁴

1) *As duas leituras antes do Evangelho*

79. Nas Missas em que se propõem três leituras, devem fazer-se efectivamente três leituras. No entanto, se a Conferência Episcopal, por motivos pastorais, permitir que em algum lugar haja apenas duas leituras,¹⁰⁵ a escolha entre as duas primeiras há-de fazer-se de modo que não se desvirtue a intenção de instruir plenamente os fiéis sobre o mistério da salvação. Por conseguinte, se não se indica outra coisa nalgum caso, das duas leituras deve preferir-se aquela que esteja mais harmonicamente relacionada com o Evangelho, ou aquela que, conforme a intenção acima referida, melhor possa contribuir para uma catequese orgânica seguida durante certo período de tempo, ou aquela que possa permitir a leitura semi-contínua de algum livro.¹⁰⁶

2) *A forma longa e breve*

80. É também o critério pastoral que deve orientar a escolha entre as duas formas em que se apresenta o mesmo texto. Com efeito, apresenta-se algumas vezes uma forma longa e uma forma breve do mesmo texto. Nestes casos, convém atender à capacidade que têm os fiéis de escutar com proveito a leitura mais ou menos extensa, à sua capacidade de ouvir o texto mais completo, que será explicado na homilia.

3) *Dois textos propostos*

81. Quando se oferece a faculdade de escolher entre um ou outro texto já determinado, ou proposto como facultativo, deve atender-se à utilidade dos participantes, isto é, conforme se trate de utilizar um texto mais fácil ou mais conveniente para a assembleia, ou de repetir ou retomar um texto indicado para uma celebração como próprio e para outra como facultativo, sempre que a utilidade pastoral o aconselhe.

Isto pode suceder quando se receia que algum texto origine certas dificuldades em determinada assembleia, ou quando o mesmo texto tenha de ler-se novamente em dias muito próximos, no domingo e num dia ferial seguinte.

4) *As leituras para os dias feriais*

82. Na distribuição das leituras feriais, propõem-se textos para cada um dos dias da semana, durante todo o ano; por isso, regra geral, estas leituras devem utilizar-se nos dias a que estão atribuídas, a não ser que ocorra uma solenidade, uma festa ou uma memória com leituras próprias.¹⁰⁷

No Ordenamento das Leituras a utilizar nos dias feriais, convém verificar se em alguma celebração durante aquela semana terá de se omitir uma ou outra leitura do mesmo livro. Nesse caso,

¹⁰³ Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, nn. 36-40; *Missale Romanum* ex Decreto Sacrosancti Oecumenici Concilii Vaticani II instauratum, auctoritate Pauli VI PP. promulgatum, *Ordo Cantus Missae* (Typ. Polygl. Vat., 1972), nn. 5-9.

¹⁰⁴ *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 313.

¹⁰⁵ *Ibid.*, n. 318; Sagrada Congregação dos Sacramentos e do Culto Divino, Instr. *Inaestimabile Donum*, 3 de Abr. de 1980, n. 1: *AAS* 72 (1980), pp. 333-334.

¹⁰⁶ Por ex., no Tempo da Quaresma, propõe-se uma continuidade de leituras do Antigo Testamento, segundo a evolução da história da salvação; ou, nos domingos do Tempo Comum, propõe-se a leitura semi-contínua de alguma Epístola. Neste caso, convém que o pastor de almas escolha uma ou outra das leituras de maneira sistemática durante vários domingos seguidos, a fim de estabelecer um sistema coerente de catequese; nem seria, de modo nenhum, conveniente que, sem nexos, se fizesse a leitura ora do Antigo Testamento ora de uma Epístola, sem um seguimento orgânico dos textos.

¹⁰⁷ Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 319.

o sacerdote, tendo em conta a distribuição das leituras de toda a semana, há-de prever as partes a omitir por serem de menor importância, ou a maneira mais conveniente de unir essas partes a outras, quando forem úteis para uma visão de conjunto do tema que tratam.

5) *As celebrações dos Santos*

83. Para as celebrações dos Santos propõem-se por vezes leituras próprias, isto é, leituras que tratam da própria pessoa do Santo ou do mistério que é celebrado na Missa. Estas leituras, mesmo que se trate de uma memória, devem dizer-se em vez das leituras dos dias feriais ocorrentes. Sempre que existem leituras próprias na memória, isso é expressamente indicado no respectivo lugar deste Ordenamento.

Por vezes apresentam-se leituras apropriadas, quer dizer, que põem em relevo um aspecto peculiar da vida espiritual ou da actividade do Santo. Nestes casos não parece tão necessário o uso de tais leituras, a não ser que um motivo pastoral o aconselhe realmente. A maior parte das vezes indicam-se as leituras existentes nos Comuns, para facilitar a escolha. Trata-se, porém, de sugestões: em vez da leitura apropriada ou simplesmente proposta, pode escolher-se qualquer outra dos Comuns indicados.

O sacerdote que celebra com participação do povo atenderá em primeiro lugar ao bem espiritual dos fiéis e procurará não lhes impor as suas preferências. Terá sobretudo o cuidado de não omitir, com frequência e sem motivo suficiente, as leituras indicadas para cada dia no Leccionário Ferial: a Igreja quer que se apresente aos fiéis de modo mais abundante a mesa da palavra de Deus.¹⁰⁸

Apresentam-se ainda leituras comuns, isto é, que figuram nos Comuns para determinada categoria de Santos (por exemplo, Mártires, Virgens, Pastores) ou para os Santos em geral. Como nestes casos se propõem vários textos para a mesma leitura, compete ao sacerdote celebrante escolher aquela que mais convenha aos ouvintes.

Em todas as celebrações, além dos Comuns para os quais se remete em cada caso, podem sempre escolher-se leituras do Comum dos Santos e das Santas, todas as vezes que algum motivo especial o aconselhe.

84. Para as celebrações dos Santos, deve ainda atender-se ao seguinte:

a) Nas solenidades e nas festas, devem utilizar-se sempre as leituras que vêm no Próprio ou no Comum; às celebrações do calendário geral atribuem-se sempre leituras próprias.

b) Nas solenidades dos calendários particulares, proponham-se três leituras, a primeira das quais do Antigo Testamento (no Tempo Pascal, dos Actos dos Apóstolos ou do Apocalipse); a segunda, do Apóstolo; a terceira, do Evangelho. No entanto, a Conferência Episcopal pode determinar que deve haver só duas leituras.¹⁰⁹

c) Nas festas e nas memórias, em que se lêem apenas duas leituras, a primeira pode escolher-se do Antigo Testamento ou do Apóstolo, e a segunda, do Evangelho. Todavia, no Tempo Pascal, de acordo com o costume tradicional da Igreja, a primeira leitura será tomada do Apóstolo e a segunda, quanto possível, do Evangelho de São João.

6) *As outras partes do Ordenamento das Leituras*

85. No Ordenamento das Leituras para as Missas rituais indicam-se os mesmos textos que já foram promulgados em cada um dos respectivos Rituais, exceptuando, como é óbvio, os textos pertencentes àquelas celebrações que não se inserem na Missa.¹¹⁰

¹⁰⁸ Cf. *Ibid.*, n. 316, c; Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 51.

¹⁰⁹ Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 318.

¹¹⁰ Cf. *Ritual Romano* reformado por Decreto do Concílio Ecuménico Vaticano II e promulgado por autoridade de S. S. o Papa Paulo VI, *Celebração da Penitência* (Gráfica de Coimbra, 1976), *Preleminares*, n. 13.

86. O Ordenamento das Leituras das Missas para várias circunstâncias, votivas e de defuntos apresenta vários textos que podem prestar ajuda valiosa para adaptar tais celebrações às características, às circunstâncias e às preocupações das diversas assembleias que nelas participam.¹¹¹

87. Nas Missas rituais, para várias circunstâncias, votivas e de defuntos, quando se propõem vários textos para a mesma leitura, a escolha faz-se segundo os mesmos critérios acima descritos para escolher as leituras do Comum dos Santos.

88. Quando alguma Missa ritual é proibida e, segundo as normas indicadas em cada rito, se permite tomar uma leitura das que são propostas para as Missas rituais, deve atender-se ao bem comum espiritual dos participantes.¹¹²

b) O SALMO RESPONSORIAL E A ACLAMAÇÃO ANTES DO EVANGELHO

89. Entre estes cânticos tem grande importância o salmo que se segue à primeira leitura. Normalmente deve tomar-se o salmo atribuído à leitura, a não ser que se trate de leituras do Comum dos Santos, das Missas rituais, para várias circunstâncias, votivas e de defuntos, nas quais a escolha se confia ao sacerdote celebrante, que deverá proceder de acordo com a utilidade pastoral dos participantes.

No entanto, para que o povo possa dizer mais facilmente a resposta salmódica, indicam-se no Ordenamento das Leituras alguns textos de salmos e de refrães seleccionados para os diversos tempos do ano ou para as diversas categorias de Santos, os quais podem utilizar-se em vez do texto que corresponde à leitura, sempre que o salmo é cantado.¹¹³

90. O outro cântico que deve proferir-se depois da segunda leitura, antes do Evangelho, ou se determina para cada Missa e está relacionado com o Evangelho, ou se deixa à livre escolha dentro da série comum de cada tempo litúrgico ou do Comum.

91. No Tempo da Quaresma, pode utilizar-se, se for oportuno, uma das aclamações propostas mais adiante,¹¹⁴ a qual se diz antes e depois do versículo antes do Evangelho.

¹¹¹ Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 320.

¹¹² Cf. *Ibid.*, n. 313.

¹¹³ Cf. *Ordenamento das Leituras*, nn. 173-174.

¹¹⁴ Cf. *Ibid.*, n. 223.

CAPÍTULO V

DESCRIÇÃO DO ORDENAMENTO DAS LEITURAS

92. Para ajudar os pastores de almas a entender a estrutura do Ordenamento das Leituras, de modo que o utilizem de maneira viva e com proveito dos fiéis cristãos, parece oportuno apresentar uma breve descrição deste Ordenamento das Leituras, pelo menos no que se refere às celebrações mais importantes e aos diversos tempos do ano litúrgico, em atenção aos quais se seleccionaram as leituras segundo as regras atrás indicadas.

1. Tempo do Advento

a) NOS DOMINGOS

93. As leituras do Evangelho têm uma característica própria: referem-se à vinda do Senhor no fim dos tempos (primeiro domingo), a João Baptista (segundo e terceiro domingos), aos acontecimentos que prepararam de perto o nascimento do Senhor (quarto domingo).

As leituras do Antigo Testamento são profecias acerca do Messias e do tempo messiânico, tomadas principalmente do Livro de Isaías.

As leituras do Apóstolo apresentam exortações e proclamações apropriadas às características deste tempo.

b) NOS DIAS FERIAIS

94. Apresentam-se duas séries de leituras, uma para se utilizar desde o início até ao dia 16 de Dezembro, a outra desde o dia 17 até ao dia 24.

Na primeira parte do Advento, temos a leitura do Livro de Isaías distribuída segundo a ordem do Livro, sem excluir os textos mais importantes que aparecem também nos domingos. Os Evangelhos destes dias foram escolhidos tendo em conta a primeira leitura.

A partir da quinta-feira da segunda semana, começam as leituras do Evangelho que se referem a João Baptista; a primeira leitura ou é a continuação do Livro de Isaías, ou um texto escolhido em função do Evangelho.

Na última semana antes do Natal do Senhor, apresentam-se os acontecimentos que imediatamente prepararam o nascimento do Senhor, tomados do Evangelho de São Mateus (cap. 1) e de São Lucas (cap. 1). Para a primeira leitura, foram seleccionados, tendo em conta o Evangelho do dia, textos de vários livros do Antigo Testamento, entre os quais se encontram alguns vaticínios messiânicos de grande importância.

2. Tempo do Natal

a) NAS SOLENIDADES, FESTAS E DOMINGOS

95. Para a Vigília e para as três Missas do Natal do Senhor, as leituras, tanto as proféticas como as outras, foram tomadas da tradição romana.

No domingo dentro da Oitava do Natal, festa da Sagrada Família, o Evangelho refere-se à infância de Jesus e as outras leituras às virtudes da vida doméstica.

Na Oitava do Natal, solenidade de Santa Maria Mãe de Deus, as leituras referem-se à Virgem Mãe de Deus e à imposição do Santo Nome de Jesus.

No segundo domingo depois do Natal, as leituras referem-se ao mistério da Encarnação.

Na Epifania do Senhor, a leitura do Antigo Testamento e a do Evangelho conservam a tradição romana; na leitura apostólica lê-se um texto relativo ao chamamento dos gentios à salvação.

Na festa do Baptismo do Senhor, foram seleccionados textos relativos a este mistério.

b) NOS DIAS FERIAIS

96. A partir do dia 29 de Dezembro, faz-se a leitura contínua de toda a Primeira Epístola de São João, que já se começara a ler no dia 27 de Dezembro, festa do próprio São João, e no dia seguinte, festa dos Santos Inocentes. Os Evangelhos referem-se às manifestações do Senhor. Com efeito, lêem-se os acontecimentos da infância de Jesus tomados do Evangelho de São Lucas (nos dias 29 e 30 de Dezembro), o primeiro capítulo do Evangelho de São João (de 31 de Dezembro a 5 de Janeiro) e as principais manifestações do Senhor, tomadas dos quatro Evangelhos (de 7 a 12 de Janeiro).

3. Tempo da Quaresma

a) NOS DOMINGOS

97. As leituras do Evangelho estão distribuídas do seguinte modo: no primeiro e segundo domingos conservam-se as narrações da Tentação e da Transfiguração do Senhor, que se lêem, no entanto, segundo os três sinóticos.

Nos três domingos seguintes foram restabelecidos para o ano A o Evangelho da Samaritana, do cego de nascença e da ressurreição de Lázaro; estes Evangelhos, por serem da maior importância relativamente à iniciação cristã, podem ler-se também nos anos B e C, sobretudo onde houver catecúmenos.

No entanto, nos anos B e C propõem-se também outros textos: no ano B, textos de São João sobre a futura glorificação de Cristo pela Cruz e Ressurreição; no ano C, textos de São Lucas sobre a conversão.

No «Domingo de Ramos na Paixão do Senhor», para a procissão foram escolhidos os textos que se referem à entrada solene do Senhor em Jerusalém, tomados dos três sinóticos; na Missa, lê-se a narração da Paixão do Senhor.

As leituras do Antigo Testamento referem-se à história da salvação, que é um dos temas próprios da catequese quaresmal. Em cada ano há uma série de textos que apresentam os principais elementos desta história da salvação, desde o princípio até à promessa da nova aliança.

As leituras do Apóstolo foram seleccionadas de maneira a corresponderem às leituras do Evangelho e do Antigo Testamento e, na medida do possível, a haver entre elas uma adequada conexão.

b) NOS DIAS FERIAIS

98. As leituras do Evangelho e do Antigo Testamento que foram seleccionadas têm mútua relação entre si e tratam diversos temas próprios da catequese quaresmal, apropriados ao sentido espiritual deste tempo. A partir da segunda-feira da quarta semana, é proposta a leitura semi-contínua de São João, na qual aparecem os textos deste Evangelho que melhor correspondem às características da Quaresma.

Como as leituras da Samaritana, do cego de nascença e da ressurreição de Lázaro se lêem agora nos domingos, mas apenas no ano A (e nos outros apenas facultativamente), pretendeu-se tornar possível a sua leitura também nos dias feriais: assim, no princípio das semanas terceira, quarta e quinta, inseriram-se «Missas facultativas» com aqueles textos; essas Missas podem utilizar-se em qualquer dia ferial da semana correspondente, em vez das leituras do dia.

Nos primeiros dias da Semana Santa, as leituras referem-se ao mistério da Paixão. Na Missa Crismal, as leituras põem em relevo a função messiânica de Cristo e a sua continuação na Igreja pelos sacramentos.

4. Tríduo Sagrado e Tempo Pascal

a) NO SAGRADO TRÍDUO PASCAL

99. Na Quinta-Feira da Ceia do Senhor, na Missa vespertina, a recordação da refeição que precedeu o Êxodo ilumina de modo especial não só o exemplo de Cristo lavando os pés dos discípulos, mas também as palavras de São Paulo sobre a instituição da Páscoa cristã na Eucaristia.

A acção litúrgica da Sexta-Feira da Paixão do Senhor atinge o seu ponto culminante no relato, segundo São João, da Paixão d'Aquele que, como o Servo do Senhor anunciado no livro de Isaías, Se tornou realmente o único sacerdote, oferecendo-Se a Si mesmo ao Pai.

Na Vigília Pascal da noite santa, propõem-se sete leituras do Antigo Testamento, que recordam as maravilhas de Deus na história da salvação, e duas do novo, a saber, o anúncio da Ressurreição segundo os três Evangelhos sinópticos e a leitura apostólica sobre o Baptismo cristão como sacramento da Ressurreição de Cristo.

Para a Missa do dia de Páscoa, propõe-se a leitura do Evangelho de São João sobre o encontro do sepulcro vazio. Também podem ser lidos, se se preferir, os textos propostos para a noite santa, ou, quando há Missa vespertina, a narração de São Lucas sobre a aparição aos discípulos que iam a caminho de Emaús. A primeira leitura toma-se dos Actos dos Apóstolos, livro que se utiliza durante o Tempo Pascal em vez da leitura do Antigo Testamento. A leitura do Apóstolo refere-se ao mistério da Páscoa que se deve viver na Igreja.

b) NOS DOMINGOS

100. Até ao terceiro domingo da Páscoa, as leituras do Evangelho relatam as aparições de Cristo ressuscitado. As leituras do Bom Pastor estão atribuídas ao quarto domingo da Páscoa. Nos domingos quinto, sexto e sétimo da Páscoa há passagens das palavras e da oração do Senhor depois da última ceia.

A primeira leitura toma-se dos Actos dos Apóstolos, no ciclo de três anos, de modo paralelo e progressivo; deste modo se apresentam cada ano algumas perspectivas da vida, testemunho e progresso da Igreja primitiva.

Como leitura apostólica, lê-se no ano A a Primeira Epístola de São Pedro, no ano B a Primeira Epístola de São João, no ano C o Apocalipse. Estes textos parecem estar muito de acordo com o espírito de fé jubilosa e de firme esperança, que é próprio deste tempo.

c) NOS DIAS FERIAIS

101. A primeira leitura toma-se dos Actos dos Apóstolos, como nos domingos, de modo semi-contínuo. Como Evangelho, dentro da Oitava da Páscoa, lêem-se os relatos das aparições do Senhor. A seguir faz-se a leitura semi-contínua do Evangelho de São João, do qual se tomam agora os textos de índole mais propriamente pascal, para completar assim a leitura já iniciada no Tempo da Quaresma. Nesta leitura pascal, ocupam uma grande parte as palavras e a oração do Senhor depois da ceia.

d) NAS SOLENIDADES DA ASCENSÃO E DO PENTECOSTES

102. A solenidade da Ascensão conserva como primeira leitura a narração do acontecimento segundo os Actos dos Apóstolos, texto que é completado pelas leituras apostólicas acerca de Cristo exaltado à direita do Pai. Como leitura do Evangelho, cada ciclo apresenta um texto próprio segundo as variantes de cada evangelista.

Na Missa que se celebra à tarde na Vigília do Pentecostes propõem-se quatro textos do Antigo Testamento, a fim de se tomar um deles à escolha, para ilustrar o significado múltiplo da solenidade. A leitura apostólica manifesta a acção exercida na Igreja pelo Espírito Santo. Por fim, a leitura evangélica recorda a promessa do Espírito feita por Cristo antes de ser glorificado.

Na Missa do dia, toma-se como primeira leitura a habitual narração dos Actos dos Apóstolos sobre o grande acontecimento do Pentecostes, enquanto o texto do Apóstolo manifesta os efeitos da acção do Espírito na vida da Igreja. A leitura evangélica recorda Jesus comunicando o Espírito aos seus discípulos, na tarde da Páscoa, enquanto os outros textos facultativos referem-se à acção do Espírito nos discípulos e na Igreja.

5. Tempo Comum

a) DISTRIBUIÇÃO E ESCOLHA DOS TEXTOS

103. O Tempo Comum começa na segunda-feira que se segue ao domingo que ocorre depois do dia 6 de Janeiro e prolonga-se até à terça-feira antes da Quaresma, inclusive; retoma-se na segunda-feira depois do domingo de Pentecostes e termina antes das primeiras Vésperas do primeiro domingo do Advento.

O Ordenamento das Leituras apresenta leituras para os 34 domingos e as semanas que os seguem. Às vezes, no entanto, as semanas do Tempo Comum são apenas 33. Além disso, alguns domingos ou pertencem a outro tempo (domingo em que se celebra a festa do Baptismo do Senhor e o domingo de Pentecostes), ou ficam impedidos pela ocorrência de uma solenidade (por exemplo, a Santíssima Trindade, Nosso Senhor Jesus Cristo Rei do Universo).

104. Para ordenar correctamente o uso das leituras estabelecidas para o Tempo Comum, deve observar-se o que segue:

1. O domingo em que é celebrada a festa do Baptismo do Senhor ocupa o lugar do Domingo I do Tempo Comum; por conseguinte, as leituras da Semana I começam na segunda-feira a seguir ao domingo que ocorre depois do dia 6 de Janeiro. Se a festa do Baptismo do Senhor se celebra na segunda-feira a seguir ao domingo em que foi celebrada a Epifania, as leituras da Semana I começam na terça-feira.

2. O domingo que se segue à festa do Baptismo do Senhor é o segundo do Tempo Comum. Os restantes numeram-se em ordem sucessiva, até ao domingo que precede o início da Quaresma. As leituras da semana em que ocorre a Quarta-Feira de Cinzas interrompem-se depois do dia que precede esta Quarta-Feira.

3. Quando se retomam, depois do Domingo de Pentecostes, as leituras do Tempo Comum, ordenam-se do seguinte modo:

— Se os domingos do Tempo Comum são 34, toma-se aquela semana que se segue imediatamente à semana cujas leituras se utilizaram em último lugar antes da Quaresma.¹¹⁵

— Se os domingos do Tempo Comum são 33, omite-se a primeira semana que devia tomar-se depois do Pentecostes, de modo que se possam ler no fim do ano os textos escatológicos atribuídos às duas últimas semanas.¹¹⁶

¹¹⁵ Assim, por ex., se as semanas antes da Quaresma foram seis, na segunda-feira depois do Pentecostes começa a sétima semana. A solenidade da Santíssima Trindade ocupa o lugar de um domingo do Tempo Comum.

¹¹⁶ Se as semanas antes da Quaresma foram, por ex., cinco, na segunda-feira depois do Pentecostes, omitida a sexta semana, começa-se pela sétima semana.

b) LEITURAS PARA OS DOMINGOS

1. Leituras do Evangelho

105. No Domingo II do Tempo Comum, o Evangelho refere-se ainda à manifestação do Senhor celebrada na Epifania, pela perícopes tradicional das bodas de Caná e outras duas tomadas igualmente do Evangelho de São João.

A partir do Domingo III começa a leitura semi-contínua dos três Evangelhos sinópticos; esta leitura está ordenada de modo a apresentar a doutrina própria de cada Evangelho, à medida que vai decorrendo a vida e a pregação do Senhor.

Além disso, com esta distribuição consegue-se uma certa harmonia entre o sentido de cada Evangelho e o decorrer do ano litúrgico. Com efeito, depois da Epifania lêem-se os inícios da pregação do Senhor, que se articulam perfeitamente com o Baptismo e as primeiras manifestações de Cristo. No fim do ano litúrgico, aborda-se espontaneamente o tema escatológico, próprio dos últimos domingos; de facto os capítulos dos Evangelhos que precedem a narração da Paixão tratam mais ou menos amplamente este tema.

No ano B inserem-se, depois do Domingo XVI, cinco leituras do capítulo 6 de São João («o pão da vida»); esta inserção faz-se de modo natural, porque a multiplicação dos pães do Evangelho de São João ocupa o lugar da narrativa paralela em São Marcos. Na leitura semi-contínua de São Lucas, no ano C, o primeiro texto (isto é, no Domingo III) é precedido do prólogo do Evangelho, que explica a intenção do autor de modo admirável e que parecia não ter lugar noutra lado.

2. Leituras do Antigo Testamento

106. Estas leituras foram seleccionadas de harmonia com as perícopes evangélicas, para evitar uma excessiva diversidade entre as leituras de cada Missa e sobretudo para manifestar a unidade dos dois Testamentos. A relação entre as leituras da mesma Missa é esclarecida pela cuidadosa selecção dos títulos que antecedem cada leitura.

A selecção foi feita, quanto possível, de modo que as leituras fossem breves e fáceis. Mas também se providenciou para que se lesse nos domingos o maior número possível dos textos mais importantes do Antigo Testamento, os quais foram distribuídos como o pedia a sua relação com a leitura evangélica, isto é, sem uma ordem lógica: no entanto, o tesouro da palavra de Deus é de tal modo aberto aos fiéis que quase todas as páginas principais do Antigo Testamento serão conhecidas por aqueles que participam na Missa dominical.

3. Leituras do Apóstolo

107. Para a Epístola propõe-se a leitura semi-contínua das Epístolas de São Paulo e de São Tiago (as Epístolas de São Pedro e de São João lêem-se no Tempo Pascal e no Tempo do Natal do Senhor).

A Primeira Epístola aos Coríntios, dada a sua extensão e a diversidade de temas, foi distribuída pelos três anos do ciclo, no início deste Tempo Comum. Também pareceu oportuno distribuir a Epístola aos Hebreus em duas partes, lendo-se a primeira no ano B e a segunda no ano C.

Convém notar que foram seleccionadas apenas leituras bastante breves e não demasiado difíceis, de modo que sejam compreendidas pelos fiéis.

A tabela II, que se encontra mais adiante,¹¹⁷ indica a distribuição das Epístolas pelos domingos do Tempo Comum nos três anos do ciclo.

¹¹⁷ Cf. adiante, p. 44.

c) LEITURAS PARA AS SOLENIDADES DO SENHOR NO TEMPO COMUM

108. Para as solenidades da Santíssima Trindade, do Santíssimo Corpo e Sangue de Cristo e do Sagrado Coração de Jesus, foram seleccionados textos que correspondem às principais características destas celebrações.

As leituras do Domingo XXXIV e último celebram Jesus Cristo, Rei do Universo, sugerido pela figura de David, proclamado nas humilhações da Paixão e da Cruz, reinando na Igreja e que virá de novo no fim dos tempos.

d) LEITURAS PARA OS DIAS FERIAIS

1) *Os Evangelhos*

109. Os Evangelhos estão ordenados de modo que se leia primeiro São Marcos (semanas I-IX), depois São Mateus (semanas X-XXI), por fim São Lucas (semanas XXII-XXXIV). Os capítulos 1 - 12 de São Marcos lêem-se integralmente, exceptuando apenas duas perícopes, do capítulo 6, que se lêem em dias feriais de outros tempos. De São Mateus e de São Lucas lê-se tudo aquilo que não se encontra em São Marcos. Lêem-se duas ou três vezes algumas passagens, ou porque têm em cada Evangelho características totalmente próprias, ou porque são necessárias para entender correctamente a sequência do Evangelho. O discurso escatológico lê-se todo em São Lucas, e esta leitura coincide com o fim do ano litúrgico.

2. *A primeira leitura*

110. Na primeira leitura procede-se de modo a utilizar durante algumas semanas ora um ora outro Testamento, segundo a extensão dos livros que se lêem.

Dos livros do Novo Testamento lêem-se partes bastante amplas, de modo a apresentar-se como que a substância de cada Epístola.

Do Antigo Testamento não era possível ler mais do que passagens escolhidas que manifestam, quanto possível, as características de cada livro. Os textos históricos foram seleccionados de maneira a dar uma visão global da história da salvação antes da Encarnação do Senhor. Mas as narrativas demasiado longas dificilmente se poderiam apresentar: por vezes seleccionaram-se versículos, para não tornar a leitura demasiado longa. Além disso, o significado religioso dos acontecimentos históricos é por vezes iluminado por meio de alguns textos tomados dos Livros Sapienciais, que se inserem, à maneira de introdução ou de conclusão, numa determinada série histórica.

Quase todos os livros do Antigo Testamento encontraram lugar no Ordenamento das Leituras para os dias feriais do Próprio do Tempo. Somente foram omitidos alguns livros proféticos muito breves (Abdias, Sofonias) e um livro poético (Cântico dos Cânticos). Entre as narrativas escritas com finalidade edificante, que exigem uma leitura bastante longa para serem entendidas, lêem-se os livros de Tobias e de Rute e omitem-se as restantes (Ester, Judite). Destes livros, contudo, existem alguns textos nos domingos e dias feriais de outros tempos.

A tabela III, que figura mais adiante,¹¹⁸ indica a distribuição dos livros de ambos os Testamentos pelos dias feriais do Tempo Comum nos dois anos.

No final do ano litúrgico, lêem-se os livros que estão em consonância com a índole escatológica deste tempo, a saber, Daniel e o Apocalipse.

¹¹⁸ Cf. adiante, p. 45.

CAPÍTULO VI

ADAPTAÇÕES, TRADUÇÕES E APRESENTAÇÃO GRÁFICA
DO ORDENAMENTO DAS LEITURAS

1. As adaptações e traduções

111. A palavra de Deus na assembleia litúrgica deve ser sempre proclamada a partir dos textos latinos preparados pela Santa Sé ou das traduções em vernáculo aprovadas para uso litúrgico pelas Conferências Episcopais segundo as normas vigentes.¹¹⁹

112. O Leccionário da Missa deve ser integralmente traduzido, em todas as suas partes, sem exceptuar os Preliminares. Se a Conferência Episcopal considerar necessário e oportuno introduzir algumas adaptações, estas devem ser inseridas após confirmação da Santa Sé.¹²⁰

113. Dada a extensão do Leccionário, as edições constarão necessariamente de vários volumes, para os quais não se prescreve qualquer divisão. Mas cada volume incluirá os textos em que se expõe a estrutura e a finalidade da parte correspondente.

Recomenda-se o antigo costume de editar em separado um livro para os Evangelhos e outro para as leituras do Antigo e do Novo Testamento.

Mas, se for julgado oportuno, pode editar-se separadamente o Leccionário dominical — no qual poderão incluir-se textos do Santoral julgados mais convenientes — e o Leccionário ferial. O dominical poderá ser oportunamente dividido segundo o ciclo dos três anos, de modo que seja apresentado tudo seguido para cada ano.

Podem ainda utilizar-se facultativamente outras divisões que porventura se encontrem e pareçam mais aptas para o uso pastoral.

114. Os textos dos cânticos devem colocar-se sempre junto das leituras; mas poderão fazer-se livros separados só com os cânticos. Recomenda-se que o texto se imprima dividido em estrofes.

115. Sempre que a leitura conste de partes diversas, tal estrutura do texto deve manifestar-se claramente na disposição tipográfica. Também se recomenda que os textos, mesmo os não poéticos, se imprimam divididos em estíquios, para tornar mais fácil a proclamação das leituras.

116. Quando há formas longas e breves, apresentam-se em separado, para se poder ler facilmente cada uma delas; mas, quando tal separação não parecer oportuna, procure-se o modo de ambos os textos se poderem proclamar sem equívocos.

¹¹⁹ Cf. Consilium ad exsequendam Const. de sacra Liturgia, Instr. *De popularibus interpretationibus conficiendis*, 25 de Jan. de 1969; Notitiae 5 (1969), pp. 3-12; *Declaratio circa interpretationes textuum liturgicorum «ad interim» paratas*: Notitiae 5 (1969), p. 69; S. Congr. do Culto Divino, *Declaratio de interpretatione textuum liturgicorum*: Notitiae 5 (1969), pp. 333-334 (Cf. tb. *Responsiones ad dubia*, em Notitiae 9 (1973), pp. 153-154); *De unica interpretatione textuum liturgicorum*: Notitiae 6 (1970), pp. 84-85; S. Congr. dos Sacramentos e do Culto Divino, *Epistula ad Praesides Conferentiarum Episcopaliū de linguis vulgaribus in S. Liturgiam inducendis*: Notitiae 12 (1976), pp. 300-302.

¹²⁰ Cf. S. Congr. do Culto Divino, Instr. *Liturgicae instaurationes*, 5 de Set. de 1970, n. 11: AAS 62 (1970), pp. 702-703; *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 325.

117. Nas traduções em vernáculo, não se apresentem os textos sem os títulos. Ao título pode acrescentar-se também, se parecer oportuno, uma admonição que explique mais claramente o sentido geral da perícopes, com algum sinal adequado ou em caracteres tipográficos diferentes, para se ver claramente que se trata de um texto facultativo.¹²¹

118. Em cada volume é oportuno acrescentar um índice bíblico das perícopes, semelhante ao que se encontra neste volume,¹²² para que se possam encontrar com facilidade nos Leccionários da Missa os textos necessários ou úteis para determinadas ocasiões.

2. A apresentação gráfica de cada leitura

Neste volume propõem-se, para cada leitura, a indicação do texto, o título e as palavras iniciais («incipit»), acerca dos quais se deve observar o seguinte:

a) A INDICAÇÃO DO TEXTO

119. A indicação do texto (isto é, o capítulo e os versículos) é sempre dada segundo a edição da Nova Vulgata, exceptuando os Salmos,¹²³ embora se acrescente por vezes outra indicação segundo o texto original (hebraico, aramaico ou grego), sempre que há discrepância. Nas traduções em vernáculo, de acordo com o que determine a autoridade competente em cada língua, pode conservar-se a numeração que corresponde à tradução aprovada pela mesma autoridade para uso litúrgico. É necessário, no entanto, que haja sempre uma cuidadosa indicação dos capítulos e dos versículos, a qual se colocará oportunamente também no próprio texto ou na margem do mesmo.

120. Desta indicação resulta que nos livros litúrgicos tem de haver a «inscrição» do texto, que há-de ser lida na celebração, mas que se omite no Ordenamento das Leituras. Far-se-á de acordo com as normas seguintes, que podem contudo ser modificadas por decisão das autoridades competentes, conforme os costumes e conveniências de cada lugar ou de cada língua:

121. 1) Dir-se-á sempre «Leitura do Livro...», ou «Leitura da Epístola...», ou «Leitura do Evangelho...»,* e não «Início» (a não ser que em casos especiais pareça oportuno) ou «Continuação».

122. 2) Quanto ao nome dos livros, conservar-se-á o uso tradicional, com excepção dos casos seguintes:

a) quando há dois livros com o mesmo nome, dir-se-á «Primeiro Livro» e «Segundo Livro» (por exemplo, dos Reis, dos Macabeus), ou «Primeira Epístola», «Segunda Epístola»;

b) utiliza-se o nome hoje mais em uso para os seguintes livros:

«Primeiro e Segundo Livro de Samuel», em vez de Primeiro e Segundo Livro dos Reis;

«Primeiro e Segundo Livro dos Reis», em vez de Terceiro e Quarto Livro dos Reis

«Primeiro e Segundo Livro das Crónicas», em vez de Primeiro e Segundo Livro dos Paralipómenos;

«Livros de Esdras e de Neemias», em vez de Primeiro e Segundo Livros de Esdras;

¹²¹ Cf. *Ibid.*, nn. 11, 29, 68 a, 139.

¹²² Cf. adiante, p. 393.

¹²³ O número dos salmos é indicado segundo a ordem que se encontra no *Liber Psalmorum*, da Comissão Pontifícia para a Nova Vulgata, Typ. Polygl. Vat., editado no ano de 1969. * Neste Leccionário em língua portuguesa segue-se a numeração do «Saltério Litúrgico», editado pelo Secretariado Nacional de Liturgia.

* Nesta edição em língua portuguesa, com a aprovação da Sé Apostólica, não se diz «Leitura do Evangelho ...», mas «Evangelho de Nosso Senhor».

c) distingam-se os livros sapienciais com os seguintes nomes: Livro de Job, dos Provérbios, do Eclesiastes ou de Coeleth, do Cântico dos Cânticos, Livro da Sabedoria, do Eclesiástico ou de Ben-Sirá (Sirácides);

d) quanto aos livros que na edição da Nova Vulgata se contam entre os Profetas, dir-se-á: «Leitura do Livro de Isaías, de Jeremias, de Baruc» e «Leitura da profecia de Ezequiel, de Daniel, de Oseias, ... de Malaquias», mesmo para aqueles que alguns não consideram verdadeiramente proféticos.

e) dir-se-á «Lamentações» e «Epístola aos Hebreus», sem a menção de Jeremias ou de São Paulo.

b) TÍTULO

123. Em cada texto escreve-se um título cuidadosamente escolhido (a maior parte das vezes tomado das próprias palavras do texto), para se indicar o tema principal da leitura e, quando é necessário, para que pelos próprios títulos se note a relação entre as leituras da mesma Missa.

c) PALAVRAS INICIAIS («INCIPIT»)

124. As palavras iniciais («incipit») contêm as habituais primeiras palavras introdutórias: «Naquele tempo», «Naqueles dias», «Irmãos», «Caríssimos», «Eis o que diz o Senhor», que no entanto se omitem quando no próprio texto há uma indicação suficiente de tempo ou de pessoas, ou quando, pela natureza do texto, tais palavras não são oportunas. Nas diversas traduções, estas fórmulas podem mudar-se ou omitir-se por decisão das autoridades competentes. Depois dessas palavras, vem o início da leitura propriamente dito, suprimindo-se ou acrescentando-se algumas palavras, conforme for necessário para a compreensão do texto separado do seu contexto. Dão-se também indicações convenientes quando o texto é construído por versículos não contínuos, se, por esse motivo, tiver de se fazer-se alterações.

d) ACLAMAÇÃO FINAL

125. No final das leituras, para tornar mais fácil a aclamação do povo, propõem-se as palavras: «Palavra do Senhor», que o leitor deve proferir, ou outra expressão do mesmo género, conforme os costumes locais. **

** Nos países de língua portuguesa, com a aprovação da Sé Apostólica, diz-se, no fim do Evangelho: «Palavra da salvação».